



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 24 de junho de 2016

N.º 3/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Luís Alberto Miranda Custódio, Catarina Maria Pinheiro Pereira, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Nuno Filipe Cação Marques e Joaquim Manuel Carvalho Marcelino.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: Manuel Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e Luis Filipe Alexandre



Rodrigues. Pediu substituição o Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentou pedido de suspensão Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedido de substituição João António Vicente e Esmeralda Costa Marques conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documentos registados sob o n.ºs 5 e 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal Rui Manuel Rosário Canas, tendo sido substituído pela tesoureira Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.



e) Projeto de ata

Vitor Ferreira (PS) – Não é propriamente para questionar a ata ou pôr em causa alguns dos aspetos da sua redação, no entanto, na página 36, quando falamos sobre o ponto 6, a deliberação relacionada com o concurso público para concessão, gestão, exploração e manutenção dos locais de estacionamento, ainda antes do início dos trabalhos, entregámos uma proposta para retirada deste ponto. O Sr. Presidente falou da nossa proposta e da proposta da CDU. Dentro do possível pretendíamos ter acesso à proposta da CDU e recomendava que fosse distribuído os dois documento, por e-mail ou em papel, para que todos os Deputados pudessem ter acesso ao seu conteúdo.

Presidente da Mesa – É necessário responder afirmativamente a essa pretensão. Estou de acordo e os serviços providenciarão nesse sentido.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Relativamente há minha intervenção, na página 37 da ata, relativamente à proposta do estacionamento público, quando iniciei a frase disse: “Está para discussão pública o Regulamento Municipal de estacionamento público” e não “Está para discussão política o Regulamento Municipal de estacionamento público”. Pelo que o mesmo deve ser substituído.

Sandra Lopes (PS) – O meu nome não está correto na página 2 da ata. O meu nome é “Rei” e não “Reis”.

Presidente da Mesa – Relativamente à ata convém notar que houve alterações na metodologia da sua aprovação. Essa questão consta no conteúdo desta mesma ata, foi objeto de análise e de discussão na última sessão. Vale a meu ver e é essa interpretação no geral, se não for agradeço que se manifestem, que para a votação da ata presente deverão participar exclusivamente os deputados que estiveram presentes na última reunião em que se verificaram os acontecimentos relatados na mesma ata. Com a adoção desta metodologia, que parece estar legalmente consagrada a partir da interpretação da lei atual, ponho à votação esta ata.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata n.º 2/2016, de 29 de abril de 2016, submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

II – PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José Pedro Andrade – Sou morador em Azeitão, na urbanização da Quinta dos Fóios, Rua Carlos Alberto Ferreira Júnior, n.º35. Venho aqui correr de um abaixo-assinado, que duas urbanizações contíguas, uma de Vila Nogueira de Azeitão e outra das Vilas (inaudível, por razões técnicas de gravação), que é a urbanização da Quinta dos Fóios e a urbanização Vinha de Feira.

Este abaixo-assinado decorreu por um problema muito concreto, que é a vala. Estas urbanizações confinam com uma vala, que nos vêm trazendo problemas já há muito tempo. É uma vala que serve de esgoto a céu aberto. Em 2008 já aqui estive e levantei este problema, problema esse que entretanto foi tendo resposta por parte da Câmara. Lembro que na altura foi feita uma reunião com responsáveis da Câmara que me explicaram toda a situação da vala, toda a situação dos esgotos de Azeitão. Inclusivamente falámos de umas contas que estavam

para ser acertadas com a Águas do Sado, o dinheiro que a Câmara ia receber, iria permitir resolver um bocado aquela situação, daquele esgoto a céu aberto. Desde aí nada foi feito, a situação da vala foi-se degradando, as margens e a própria vala foi-se enchendo de vegetação, de animais mais exóticos que podem calcular. Foram sendo feitas queixas, eu próprio fiz queixas, desde SOS Ambiente à Associação Pureza do Ambiente. Sei que a Câmara entretanto foi sendo notificada. Foram feitas algumas intervenções de limpeza sumária. Na última limpeza limitaram-se em tirar entulho da vala para as margens desta, que por lá ficou. Isto já se arrasta há muito tempo. É inconcebível que haja em pleno século XXI uma situação destas. Sei que é complicado de resolução esta história do esgoto, mas o abandono completo que aquela vala está sujeita é inconcebível. A vegetação é mais (inaudível, por razões técnicas de gravação).

Tenho aqui um abaixo-assinado para entregar, que é acompanhado de fotografias, de todo o historial destas duas urbanizações, de queixas, pedidos, e-mail's que foram feitos, mas infelizmente não têm tido correspondência absolutamente nenhuma.

A urbanização da Vinha da Feira ainda tem mais problemas, porque a degradação não se limita só à vala, já vai para dentro de própria urbanização. A seguir vai falar um Senhor que mora lá e que explicará muito melhor o que é que eles têm feito ultimamente, para poderem viver com alguma dignidade dentro da urbanização.

Não vemos o assunto resolvido e queremos ter o mínimo de dignidade. O cheiro é nauseabundo. Ainda ontem a minha mulher quando foi buscar uma das folhas de assinaturas teve que passar junto à vala e veio completamente cheio de pulgas nas pernas. A continuar assim, com a constante degradação, a matéria que se vai acumulando é cada vez maior e todos os anos tem havido incêndios. Felizmente, porque moram pessoas nas suas redondezas, os incêndios são detetados a tempo e são apagados a tempo, por isso ainda não houve nenhuma situação complicada para resolver.

Espero que nunca venha a existir, no entanto deixo à vossa consideração toda esta situação que vos exponho.

Tenho aqui o abaixo-assinado e este manancial de documento para entregar (este documento foi entregue no Gabinete de Apoio à Presidência).

Sr. Paulo Valadas Pronto – Moro na Vila de Oleiros, Rua Família Franco Paiva, lote 30. A nossa urbanização é dividida pela vala real, tal como já foi dito pelo Sr. José Pedro. Os problemas que eles têm nós também temos. A nossa urbanização tem a agravante de estar completamente ao abandono. Os passeios estão cheios de ervas, arbustos e para estacionar o carro ou limpamos os arbustos ou temos que ficar com a porta do carro virada para estrada para podermos sair. A preocupação dos residentes da urbanização é enorme, porque todos os anos quem pode, manda limpar sua área junto aos passeios. As zonas das propriedades privadas ou dos lotes que já estão vendidos, os seus proprietários estão sempre preocupados com os fogos ali existentes. Felizmente, que só de dois em dois anos tem havido fogos, o ano passado aconteceu ali um grande fogo e a preocupação da proteção civil foi a floresta, enquanto as propriedades e as casas dos residentes poderiam arder à vontade.

Em 2013 foi feita uma exposição de todos os residentes da urbanização, para o Ministro-adjunto do Desenvolvimento Regional, Secretários de Estado da Administração Local, Câmara Municipal de Setúbal, Assembleia Municipal de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Lourenço e a resposta foi zero, não tivemos nenhuma resposta em relação ao que foi exposto. Esta exposição foi entregue pelo Sr. José Pedro.

Gostaria que tomassem em consideração àquilo que foi apresentado e aos problemas que temos.



Sr. Manuel Ryder – Vivo em Azeitão fez cinco anos em Fevereiro passado.

Foi precisamente a 26 desse mesmo mês de Fevereiro que ocupei a atenção de V. Exas com o relato de uma situação que teve o seu início numa violenta e malcriada inspeção urbanística. Desta diligência, recorde, resultaram autos de contraordenação por desconformidades a um projeto de construção de três vivendas. Tal como então referi, fui, inclusivamente, acusado e multado – pasme-se - por cumplicidade na construção das piscinas de dois vizinhos meus, construção essa que ocorreu – pasme-se, novamente - dez anos antes de eu ter comprado a minha casa.

Aqui expus que as desconformidades a sê-lo, pré-existiam à emissão das licenças de habitação, tal como se comprova por vários testemunhos dos proprietários, de ex-proprietários, vizinhos, e pelo próprio empreiteiro das obras.

A prepotência de uns serviços indiferentes à argumentação, documentos e testemunhos apresentados, obrigou os três proprietários a encomendar um projeto de regularização das desconformidades praticadas por terceiros e que foram aprovadas pelos mesmos serviços em 2001. E desde 2001, já lá vão quinze anos, nunca a fiscalização da Câmara fez o que lhe competia, por forma a evitar que proprietários de boa-fé fossem surpreendidos e penalizados pelas ilegalidades que outros cometeram, como é o caso.

É mais uma machadada na fé pública que nos devem merecer as entidades de fiscalização. É o vale tudo institucional. É a insegurança e a imprevisibilidade instaladas.

Também nessa minha intervenção chamei a atenção para o facto de a Câmara não ter cumprido com a construção do passeio e estacionamento na minha rua, pelo menos, em dois casos, situação que me obriga a ter um terreno baldio há minha porta, com todo o prejuízo que daí resulta em termos do acesso, e da degradação da imagem da minha habitação.

Perante estes relatos e nesta mesma assembleia, a Sra. Presidente expressou dúvidas sobre a correspondência entre a minha denúncia e a realidade. De facto, se eu estivesse no lugar do Presidente da Câmara, também não gostaria que fosse aquele o retrato da atuação dos meus técnicos. E, nessa conformidade, provavelmente demonstraria a mesma disponibilidade que a Sra. Presidente manifestou perante esta Assembleia, de receber pessoalmente o munícipe para desdramatizar e esclarecer todas as questões.

Nessa mesma sessão chamei também a atenção para a falta de segurança no Infantário de Vendas de Azeitão. Falta de segurança que permitiu que a minha filha de quatro anos fugisse para a via pública, em 8 de Outubro passado.

A este respeito, o Agrupamento “arrumou” a questão referindo que os serviços camarários garantiram o cumprimento das normas de segurança. Os mesmos serviços que ao longo de meses nunca me responderam, nem mesmo quando os remeti para o Regulamento onde se confirmava a falha de segurança. É normal não responder a um pai que passa por uma experiência destas?

Foi só após os officios da Associação de Pais que os serviços reconheceram a falha, e instalaram um sistema de controlo da abertura da porta do infantário. Então, afinal havia falhas!?

Passaram oito meses sobre a grave ocorrência que envolveu a minha filha. Fiquei agora a saber que há seis anos que o pessoal daquela unidade escolar denunciou a falha de segurança. Agora, comparem todo este tempo decorrido com os meros segundos que demora uma criança a ser atropelada!

Depois da Assembleia Municipal de Fevereiro, em contacto com o gabinete da Presidência, durante dois meses tentei agendar o encontro com a Sra. Presidente com o objetivo de clarificação das situações por mim descritas.

Para o efeito, dei conta ao “*staff*” do convite recebido, e da minha disponibilidade para o agendamento de uma data. Informaram-me que seria contactado e nada!



Passados uns dias, tornei a ligar para o gabinete. Lamentaram não ter havido contacto, mas garantiram que tal iria acontecer. O tempo passou e nada!

Esta cena telefónica repetiu-se, já não me lembro quantas vezes, até que me informaram que seria contactado por um Engenheiro. Estranhei a informação, porque o meu objetivo era aceitar o convite da Sra. Presidente, pelo que não fazia a mínima ideia do que esse Sr. Engenheiro me iria transmitir, mas acatei a informação e fiquei a aguardar por esse contacto. Felizmente estava sentado, porque mais uma vez fiquei à espera por um prometido contacto que nunca aconteceu. Até hoje!

A partir daí os meus telefonemas passaram a ter um preâmbulo mais enfadonho. Passei a explicar que pretendia aceitar o convite da Exma. Presidente, que seria pouco educado não o fazer, que me prometeram responder, mas que tal não aconteceu, que me disseram que seria contactado por um Engenheiro, que o Engenheiro não me contactava, que já tinha passado muito tempo, que o encontro prometido não acontecia e que as questões continuavam por esclarecer.

Um dia, quando pensei que finalmente iam pôr-me em contacto com o tal engenheiro, surge uma voz feminina. Perguntei com quem falava, e do outro lado uma senhora apresentou-se: “Sou a Dr.ª (qualquer coisa), faça o favor de dizer”. Confesso que já tinha encontrado pessoas cujo nome próprio é Dr. Dr.ª ou Eng.º, mas não me consigo habituar a uma apresentação que “transborda” de sobranceira e de ridículo.

A apresentação que esta funcionária superiora fez de si própria e que aqui reproduzi é mais um elemento que ilustra até onde pode chegar a arrogância, a arbitrariedade e a falta de respeito de uma autarquia por um cidadão.

Exmos membros desta Assembleia, a Sra. Presidente não é a primeira titular de um cargo político, nem vai ser a última a fazer uma promessa pública que não fazia tenção de cumprir. Afinal, não passo de um simples munícipe.

Mas, mesmo assim, será normal que, depois de convidarmos alguém, fingimos que não estamos em casa?

Existem constrangimentos vários para quem assume cargos de relevo. E isso, nós até percebemos, são as dificuldades de agenda, os eventos inesperados, os compromissos inadiáveis, aquelas obras a cuja inauguração não convém faltar, ou a tão proclamada falta de tempo.

Mas agora pergunto:

Em que categoria de contingências devemos colocar a falta de educação?

Sr. Daniel Sim Sim – Antes de mais, gostaria de agradecer o facto de poder colocar algumas questões que paço a citar.

A primeira questão: O Parque do Bonfim. Não fazendo qualquer distinção partidária na gestão camarária e considerando que as decisões tomadas são sempre para o bem do cidadão. Tenho vindo a observar que no decorrer do tempo algumas medidas de segurança foram descuradas. Constatação de factos: Outrora, foram colocadas aves no parque, sendo da inteira responsabilidade da Câmara, assegurar todos os cuidados necessários para o bem-estar das mesmas, assim como a sua segurança; para tal foram adotadas medidas preventivas como a instalação de um gradeamento em toda a periferia do parque e o encerramento do mesmo em horário noturno. Essas medidas foram gradualmente abolidas com a abertura dos portões em horário noturno numa primeira fase e atualmente a retirada definitiva do gradeamento, que na minha opinião, favoreceu o aumento da insegurança e promoveu o facilitismo ao atentado ao património público como visualmente podemos constatar através de pinturas denominadas “graffitis” colocadas de forma anárca, que têm vindo a proliferar no parque, mas também um pouco por toda a cidade, nomeadamente nos edifícios. Constatei também a falta de um casal

de cisnes pretos e pedi esclarecimentos sobre o desaparecimento dos mesmos a uma funcionária do parque. Os acontecimentos não são recentes, mas ocorreram quando o parque passou a estar aberto em horário noturno. Do que me foi relatado não posso deixar de referir a minha total incompreensão perante hipotéticos atos bárbaros cometidos contra uma ave indefesa, tendo a mesma sido encontrada numa postura anómala o que levou a ser observada por especialistas, confirmando lesões ao nível das vértebras cervicais. Esta ave nunca viria a recuperar e o segundo cisne veio a desaparecer no decorrer do tempo. Perante tais factos e acontecimentos, gostaria de saber quais as medidas de prevenção que irão ser tomadas por forma a oferecer a devida e merecida, segurança às aves e ao Parque do Bonfim? Quais as medidas que a Câmara prevê implementar para conter o flagelo da arte urbana que assola os edifícios do município? Quais os critérios que foram tomados como decisivos para a retirada do elemento preventivo nomeadamente o gradeamento?

Segunda questão: A voz do cidadão.

Nas legislativas de 2015 a abstenção rondou aproximadamente 43%, enquanto nas eleições presidenciais a abstenção ficou pelos 49,93%. Este elevado nível de abstencionismo por parte do eleitorado, não deve ser descurado, devendo-se efetuar uma tomada de consciência aos resultados obtidos, estando na origem diversos fatores associados, dos quais económicos e sociais que espelham o descontentamento destes cidadãos. Um dos fatores associados relaciona-se com um crescente aumento da descrença dos cidadãos relativamente à classe política refletindo desinteresse, indiferença e alienação, sendo imperativo a recuperação da confiança por forma a garantir a longo prazo, estabilidade e coesão do nosso sistema democrático. Dessa mesma forma, sugiro que se adote para o município como exemplo, um modelo funcional que vigora na Suíça, tendo por base uma democracia participativa ou semidirecta dando aos cidadãos, caso o desejem, a oportunidade através de referendos ratificar as decisões dos representantes. Estando consagrado na nossa Constituição o direito a grupos de cidadãos a possibilidade de propor a realização de referendos municipais, desde que se atinja um número específico de assinaturas, a Constituição deve ser alterada por forma a respeitar a real vontade dos cidadãos para a realização de referendos, abolindo por completo uma condicionante que vigora atualmente, a deliberação de sua realização estando dependente em assembleia municipal ou em assembleia de freguesia. Com esta alteração conseguiremos dar a todos os cidadãos a possibilidade de poderem participar ativamente, caso assim o desejem, permitindo aceitar ou vetar projetos camarários. A classe política deve servir os municípios e não o contrário, lembrando que são os impostos dos cidadãos que potenciam o financiamento de projetos, sendo imperativo que os municípios possam decidir democraticamente a forma como os seus impostos devem ser aplicados. Desta forma existirá equidade entre os cidadãos e classe política.

Maria Teresa Lapa – Vivo em Setúbal na Quinta do Quadrado. Há várias questões que se me levantam neste momento, a propósito do nosso município.

Gostaria de chamar a atenção para um facto que me parece importante, que é o respeito pelos cidadãos, o respeito por quem aqui está, por quem sai de casa para vir até aqui e como tal, se a Assembleia está marcada para as 09h00 da noite, é às 09h00 da noite que ela deve começar.

A primeira questão que gostaria de colocar à pessoa da Sra. Presidente, que tenho o prazer de ver aqui é muito simples. Tive conhecimento há relativamente pouco tempo, a hipótese do IMI ser finalmente baixo em 2017. Curiosamente, porque pedi à Sra. Presidente na sua página de Facebook que me prontificasse a resposta da DGAL - uma coisa que sempre me intrigou – à qual não tive resposta, como é evidente. Tive a curiosidade de a procurar e fiquei completamente perplexa por vários pontos. Segundo parece, por aquilo que li, houve um

parecer anteriormente pedido e a DGAL é claríssima: “Setúbal podia ter baixo o IMF” e também diz: “Já o tinha referido na anterior resposta ao município”. Isto deixa-me perplexa! A segunda questão que gostaria de pôr e espero obviamente a resposta à primeira, é uma questão embora não seja tão importante ou pelo menos as pessoas não dê a devida importância, me faz alguma confusão. Qual é a separação da maioria da CDU nesta Câmara da cidade de Setúbal?

Já assistimos aos 90 anos do PCP nas ruas de Setúbal, agora assistimos à Festa do Avante nas ruas de Setúbal. Estranho, porque tenho uma empresa e se quiser pôr algo cá fora tenho de pagar licença à Câmara.

O PCP pagou a licença?

Esta é a minha questão, não percebo muito bem se todos nós, quando fazemos anos podemos pôr bandeiras na cidade!

Qual é a imagem que se pretende da cidade?

Já vivi em vários sítios, embora seja de Setúbal, mas nunca vi isto em lado nenhum. Parece-me no mínimo absurdo, no mínimo descabido!

Gostaria de chamar a atenção para outro facto e aqui sem incidências políticas de qualquer face. Acho lamentável que a entrada de Setúbal, uma cidade lindíssima, uma cidade que se pretende para o turismo, tenha uma poluição visual de propaganda política inacreditável, que em qualquer cidade da Europa não se usa. Se queremos ser uma cidade virada para o turismo – temos todas as condições para isso, sem dúvida nenhuma – não pode ser só a baixa, temos que ir mais além.

Para finalizar gostaria de chamar a atenção para uma coisa que também me faz muita confusão, a forma como foi projetada a variante da Várzea. Todos os dias sem exceção, há mais do que um acidente. Posso confirmar isto com todas as palavras, porque a minha casa dá para lá. Acho estranhíssimo que nenhum técnico da Câmara ainda se tenha apercebido disso. Fico a aguardar esclarecimentos.

Paulo Lobato – Venho falar sobre um assunto que me fez motivar a entrada na participação pública, que é o estacionamento. Após ter assistido a uma sessão de esclarecimento do estacionamento em Setúbal, fiquei mais confuso e mais baralhado do que esclarecido.

Segundo o mapa que vi, segundo aquilo que consegui perceber e aquilo que me foi explicado, como é que o estacionamento vai abranger áreas em Setúbal que predominantemente são áreas residenciais?

Consigo perceber que em áreas de alta rotatividade tenha que se ordenar o estacionamento, mas em áreas que são residenciais, talvez me dê a resposta, “Só paga quem pedir”. Acho que isso não é resposta, porque se as pessoas têm carro e não os podem colocar (inaudível, por razões técnicas de gravação) não têm aviões, nem helicópteros nem nada que se possa colocar (inaudível, por razões técnicas de gravação) pagar estacionamento, pouco ou muito tem que pagar. Se esta Câmara é gerida pelo PCP, fico um pouco perplexo, porque se diz que é preocupado com o povo e que o povo está subcarregado com impostos e com taxa, é isso que oiço no discurso a nível nacional. Obviamente que as pessoas têm que ser coerente com aquilo que pregam a nível nacional e com aquilo que pregam a nível local. Não faz sentido a igreja católica a nível nacional pregar uma coisa e depois o Bispo de Setúbal a nível local fazer outra. Não consigo perceber como é que o Partido Comunista Português, que não defende a nível nacional a (inaudível, por razões técnicas de gravação) privatização e concessão da empresa pública a privados. É isso que tenho visto no estacionamento do Porto, nas concessões dos transportes, sempre emitir comunicados contra a (inaudível, por razões técnicas de gravação) e a privatização em Setúbal vai (inaudível, por razões técnicas de gravação). Os Srs. Deputados do PCP devem ser coerentes com aquilo que pregam a nível

nacional. Posso estar errado. Sou um munícipe que pode ter uma opinião que pode estar errada, mas é aquilo que eu penso.

Aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção, que em frente ao Fórum Luisa Todi há uma passarela com um desnível para pessoas com incapacidade, que estejam em cadeira de rodas, que tenham alguma dificuldade de mobilidade, mas quando se chega ao passeio frente ao Luisa Todi deparam-se com um desnível, deve ser para fazer paraquedismo ou uma atividade radical. Gostaria que a Câmara resolvesse aquele problema. Graças a Deus não tenho deficiência, mas como ontem estive aflito do pé, quando por lá passei apercebi-me que aquilo era complicado para mim, quanto mais para uma pessoa que tem uma cadeira de rodas ou tenha mobilidade reduzida.

Espero que me esclareçam. É um pedido de esclarecimento, não são afirmações.

Presidente da Mesa – Agradeço a sua participação, mas devo-lhe dizer, para esclarecimento do Sr. Paulo Lobato, que a sua contribuição, dando a opinião sobre o que se está a passar em relação ao projeto de regulamento do estacionamento, esteve em discussão pública durante um determinado tempo e teria sido oportuno que tivesse participado.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Henrique Guerreiro (BE) – Perguntar ao Sr. Presidente e à Sra. Presidente da Câmara o seguinte: Depois das intervenções do público, creio que assim tem acontecido, a Sra. Presidente responde naquilo que pode e é razoável e não no final deste período, porque o tempo que medeia entre este momento e o tempo de intervenção da Sra. Presidente, eventualmente é longo e seria razoável para as pessoas que aqui se dirigem, estejamos ou não de acordo com elas, pudessem ter umas palavras por parte da Sra. Presidente ou de outros membros do executivo.

A minha intervenção é para sugerir que fosse este o procedimento.

Presidente da Mesa – Sugere uma questão de metodologia, que suponho não tem sido seguida até agora. São múltiplos os assuntos e alguns vêm tanto fora da corrente da Ordem de Trabalhos, que não me parece que seja aberta um período a seguir a essas intervenções, para intervenção e uso da palavra do próprio executivo. Ficaram as questões expostas e o executivo irá ter oportunidade de falar em resposta direta a questões colocadas pelos Srs. Deputados. Se considerarem que há alguma dúvida vinda do público que poderá ser de imediato esclarecida, terão toda a oportunidade de aproveitar esse momento.

Alberto Sousa Pereira (CDU) – Vou falar sobre três assuntos, um temporário e dois permanentes, que sucederam em Setúbal e que prestigiam a cidade.

O primeiro assunto é a Festa de Ilustração que este ano está pela segunda vez em Setúbal. É um conjunto de dezenas de exposições espalhadas por Setúbal e Azeitão. Trouxeram a Setúbal artistas gráficos de grande qualidade que coloca esta expressão a nível nacional. Aconselho-vos a dar uma volta praticamente pela Av. Luisa Todi e conseguem ter uma ideia geral da exposição. Vou salientar apenas duas exposições. A exposição que está na Biblioteca, que é uma exposição absolutamente inédita de trabalho em papel de seda, recortado à tesoura que era um dos passatempos do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, que nós sabemos que ele se dedicava a esse tipo de trabalho, mas a maioria dos trabalhos não eram visíveis, os

organizadores não apresentaram originais, mas certamente reproduções das obras autênticas e estão expostas na biblioteca.

Saliento também a grandiosa exposição, não há outra palavra para dizer, do grande artista Luís Abreu, que toda a sua vida desenhou livros, agendas, capas de revistas e grandes campanhas de publicidade que está presente na Galeria do antigo Quartel de Regimento de Infantaria 11. Esta exposição, além da sua presença e da sua grandiosidade tem também um catálogo de grande formato e de excelente qualidade a cores que é distribuído gratuitamente a todos os visitantes. A Câmara e a cidade de Setúbal está de parabéns.

O segundo assunto é a instalação de lâmpadas Led pela cidade de Setúbal. Têm começado a serem instaladas não só na iluminação pública, mas também nos semáforos. A iluminação por sistema Led tem uma vantagem, que são sistemas de iluminação de longa duração, em teoria seria permanente, toda a energia consumida é convertida em energia luminosa, não produz calor como as lâmpadas que temos aqui e que tem um rendimento máximo de 20% a 30%, o resto é apenas calor. Uma lâmpada de incandescência normal dá 98% de calor e 2% de luz, para que vocês possam ter uma noção. Além disso são lâmpadas de grande intensidade luminosa. No bairro onde moro, que é Montalvão, a intensidade luminosa noturna aumentou de tal maneira, que é praticamente possível na rua em certas situações ler-se um jornal. O bairro ficou completamente transfigurado. Se é para ser colocado em toda a cidade é uma ótima obra que a Câmara está a fazer.

Finalmente o último assunto, quanto a mim o mais importante de todos, é a colocação de um painel monumental de azulejos na passagem desnivelada do Quebedo. Já estão praticamente colocados dois grandes painéis na passagem desnivelada do Quebedo, onde à direita de quem desce é reservado essencialmente aos automobilistas e outro no lado dos peões, especialmente preparada para os peões. É de autoria do artista alemão Andreas Stocklein radicado em Setúbal, praticamente desde o 25 de Abril, que como artista alemão que é conseguiu absorver a cultura da azulejaria portuguesa tradicional, que é da mais importante da Europa e deu-lhe um toque de funcionalidade que normalmente os nossos artistas não têm. Ele faz aquilo que se chama uma desconstrução artística do azulejo, ele quebra a sequência natural do painel criando uma ilusão de que aquilo está mal feito ou que está partido, mas depois vamo-nos apercebendo que não, que é mesmo assim. Assisti a um diálogo interessantíssimo entre duas pessoas que diziam: “Os painéis estão partidos, faltam aqui painéis”, a outra pessoa que era mais inteligente dizia: “Não, é mesmo assim! Então não vês que as frases acabam no fim do azulejo?”. O Painel de azulejos do lado dos automobilistas foi concebido para ser visto rapidamente e ao longe, de desenhos simples de grandes dimensões e cromático. O painel de azulejos que está no lado dos peões foi concebido para ser visto devagar e para ser visto de perto. Para além dos azulejos serem mais pormenorizados, o artista lançou uma série de frases retiradas da literatura portuguesa de vários poetas, dos quais Bocage, aparentemente ao acaso, mas com uma leitura atenta verificamos ter um certo significado.

Em Portugal há muito poucos painéis deste género. Temos os painéis sempre mencionados na literatura da Av. Infante Santo em Lisboa, de Maria Keil e Carlos Botelho, depois temos o grande painel do Abel Manta perto da Praça de Espanha, um exemplar em Viseu, um exemplar em Sintra e Setúbal passa a ser mais um centro urbano de referência com este painel de azulejos. Tenho a certeza que em todas as obras em português que sejam escritas sobre a azulejaria exterior contemporânea, Setúbal vai estar sempre mencionado. Parabéns à Câmara, à pessoa que teve a ideia e o artista que foi escolhido, porque está uma obra extraordinária.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Nas últimas Assembleias, nomeadamente na que antecedeu a esta, tenho colocado ao executivo uma questão que é a seguinte. A Rua Sociedade Perpétua Azeitonense está com o pavimento extremamente degradado, é uma rua que tem

obtido um aumento de trânsito considerável, é uma rua onde a paragem do autocarro da escola para os alunos, passou a ser feita nessa rua. Tenho questionado quando é que a Câmara pensa intervir na rua, colocando novo pavimento, aumentando o número de lombas que estão lá e também com vista a prevenir eventuais acidentes devido ao aumento do número de alunos, que em período de aulas se faz sentir naquela rua. Na última Assembleia o Sr. Vice-presidente da Câmara disse que ia analisar a situação, por isso pergunto se já analisou e se está prevista alguma intervenção urgente e para quando é que estará previsto o seu início.

A situação do terreno do Juventude Azeitonense, que numa das últimas reuniões de Câmara foi aprovado a reversão do terreno, retirando esse terreno ao Juventude para colocar um Centro de Interpretação de BTT. Também ando de bicicleta pela serra, mas por dificuldade minha, se calhar ignorância minha, o que será um Centro de Interpretação de BTT naquele espaço? Gostava de ser melhor esclarecido sobre o que é que a Câmara pretende fazer num espaço, que era de uma associação importante de Azeitão, que está a atravessar uma fase difícil, mas que provavelmente esta decisão da Câmara não ajudará a melhorar a situação do Juventude.

Uma referência a uma intervenção que foi feita aqui pelo Sr. José Pedro. Esta situação é muito antiga e já se arrasta há muitos anos. Recordo que em 23 de fevereiro de 2009, eu e o PSD fizemos uma visita àquela vala, onde se constatou tudo o que este Senhor disse, nomeadamente a existência dos tais animais exóticos, as cobras que abundam naquela zona. Principalmente no Verão é insuportável estar ali. É uma situação que tem muitos anos (inaudível, por razões técnicas de gravação) sacrificos para quem reside junto à vala, porque as casas estão mesmo junto à vala, era altura da Câmara, de forma séria e célere, pensar na resolução deste problema.

João Luz (CDU) – O pedido de intervenção prende-se com o conjunto de intervenções por parte do público nesta Assembleia. Tendo em conta a sugestão que foi feita pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, colocar o seguinte. No quadro de uma Assembleia Municipal, quando os munícipes trazem um conjunto de preocupações, de sugestões de críticas, de observações e questões de interesse municipal, devem obter resposta num primeiro momento por parte da Assembleia Municipal, do conjunto das suas bancadas e dos seus intervenientes. É mau princípio entendermos, no quadro do funcionamento de uma Assembleia Municipal, que aquilo que se procura é uma mera e exclusiva ou a prioritária realização, entre o munícipe e a Sra. Presidente da Câmara Municipal, que tem todo o sentido de existir esse espaço, mas no que prioritariamente deve ser alvo de resposta, de intervenção, no sentido de suscitar a discussão entre o conjunto dos eleitos da Assembleia Municipal. Parece-me ser essa a prioridade no quadro daquilo que é o nosso Regimento e é este o sentido que damos a este momento. Se o conjunto de questões se limitam ao questionário do executivo municipal, entendemos que há um espaço privilegiado para isso, que são as reuniões de Câmara e o espaço que tem da intervenção do público. Com isto não estamos a querer dizer que não haja período de resposta e de intervenção do executivo municipal relativo às questões que aqui são trazidas. Da parte da CDU sobre o conjunto de questões aqui colocadas, designadamente relativas às questões de Azeitão, algumas delas já tínhamos tido conhecimento e tínhamos tido nota em sede de Assembleia Municipal. Há um conjunto de preocupações que, de acordo com o que é colocado se mantém, do ponto de vista da bancada da CDU iremos estar também atentos e diligenciar junto do executivo municipal esclarecimento e as indicações necessárias sobre estas questões que aqui foram levantadas. Tomámos nota das observações sobre as questões relacionadas com o Bonfim e até com as questões mais gerais, relacionadas com a questão da participação das populações, não acompanhado o modelo que é sugerido, não deixamos de estar atentos àquilo que é a necessidade de envolver mais o conjunto dos



municípedes nas decisões que são tomadas. Esse é um princípio que nós acompanhamos e procuraremos desenvolver medidas nesse sentido, nesse ponto de vista agradecemos aquele que é o contributo trazido a esta Assembleia.

Foram colocadas algumas questões que não irei responder, porque entendo que não é o espaço e nem a forma como foram colocadas. Entendi, não como questões ou sugestões, mas com o sentido de intervenção meramente política, de registar a opinião da municipais que aqui o fez, no entanto, há matérias que nos merecem resposta, designadamente a que se prende com o espaço público e com aquilo que é o entendimento, não só expresso por esta município, mas também por alguns eleitos e dirigentes de outras forças políticas, que aqui já o fizeram. A ideia do espaço público acético e higienizado, em que não há espaço para a intervenção e para a mensagem política, nós não acompanhamos este entendimento e a legislação nacional também tem um entendimento profundamente diferente daquele que é expresso por aqueles que entendem que o espaço público deve ser exemplo de intervenção e de participação política. Nesse sentido, enquanto partido e enquanto coligação não abdicaremos de intervir no espaço público, de utilizar como forma de chegar às pessoas, de utilizar como forma de afirmar aquilo que é o nosso posicionamento político e o que é a nossa mensagem, mesmo que isto incomode muito boa gente que entende que o espaço público deve ser uma coisa profundamente higiénica, sem intervenção e sem participação. Portugal já viveu tempos em que o espaço público era assim entendido e assim vivido. Entendemos que o espaço público do Portugal de Abril contem em si, espaço para todas as mensagens políticas e ideológicas que nele sintam que devam de existir. Desse ponto de vista, o aconselhamento à letra daquilo que é no plano da Constituição, norma sobre esta matéria. Além da propaganda dos partidos políticos, há um conjunto de entendimentos e pareceres da Comissão Nacional de Eleições e acórdãos e sentenças de tribunais vários. Porque neste país há Câmaras Municipais que sistematicamente tem entendido que não há espaço para a propaganda e para a política no espaço público e sistematicamente têm sido condenadas à reposição desses mesmos materiais. Felizmente temos ainda direitos, liberdade e garantias neste país e entre elas a de utilização do espaço público para a propaganda e mensagem política. É importante no plano legislativo perceber que existe uma distinção clara, entre aquilo que é publicidade de empresas privadas, entidades com os mais diversos fins e aquilo que é a propaganda política. Propaganda política que não está sujeita a autorização de entidades administrativas e também não deve qualquer taxa pela sua afixação. Esta não é uma matéria que dependa da vontade do município de Setúbal, é do enquadramento legal existente sobre a lei da propaganda política.

Relativamente a questões que foram colocadas sobre estacionamento, teremos um ponto específico para discutir esta matéria, mas não deixamos de agradecer o contributo que aqui foi colocado. Relativamente àquilo que são as questões de coerência e de opção do PCP, não temos nenhum problema com essa questão, tal como se pode ver no quadro da discussão que estamos a fazer em Setúbal sobre as matérias do estacionamento, onde as nossas opções são muito claras e a Ordem de Trabalhos de hoje é também exemplo disso.

Carminda Ferreira (PS) – Trago três questões, a primeira das quais diz respeito a uma proposta de aquisição de cerca de um milhão e seiscentos mil litros de combustível, que foi trazida à reunião da Assembleia Municipal e o Tribunal de Contas pediu documentação ao executivo para avaliar esta proposta. O Sr. Vereador André Martins na altura não estava suficientemente documentado e ficou de nos responder por carta o que ainda não se verificou. Queria lembrar que continuamos a aguardar resposta a esta questão.

A segunda diz respeito à Casa das Quatro Cabeças. As obras parecem estar paradas e gostaríamos de saber em que pé é que se encontra.

A terceira questão tem a ver com a Mecachrome, esta empresa multinacional francesa, especializada, como sabemos, na produção de peças de alta precisão para as indústrias aeronáutica, espacial, automóvel e energia, encontra-se em fase de conclusão da sua nova fábrica em Évora, numa área que compreende aproximadamente dois hectares. Numa primeira fase do investimento irá contemplar trezentos e cinquenta postos de trabalho até final de 2020, ou seja, dentro de quatro anos ascenderá aos seiscentos postos de trabalho. Temos notícia que também está a construir creches, infantários e pré-escolar e a seguir irá construir um bairro para os seus trabalhadores. Esta empresa opera no mercado há cerca de setenta e cinco anos em vários países, como a França, Tunísia, Marrocos e Canadá. De entre os seus clientes constam empresas de ponta, como a Airbus e a Boing. Quando decidiu vir para Portugal escolheu Setúbal, em concreto no Parque da AICEP, na Estrada de Vale da Rosa, onde opera por enquanto, com cerca de cento e quarenta trabalhadores. Todos os formandos que fazem formação nesta área no IFP, têm colocação imediata na fábrica e não só. Recentemente também Lauak – creio que se localiza no Alto da Guerra – deslocou uma parte da sua produção para Évora, juntando-se assim à Embraer e à Air Olesa. São empresas parceiras, interagem e têm toda a vantagem estar juntas. Sabemos que a Mecachrome lutou pela possibilidade de ampliação das suas instalações de Setúbal para ficar cá. Mas, segundo parece, obtiveram maiores facilidades junto do município de Évora. Évora tem oferecido todas as facilidades fiscais para a implantação destas fábricas com o objetivo de criar postos de trabalho diretos e indiretos. Num comunicado que o Presidente da Câmara de Évora fez soubemos que estão em curso negociações para outras empresas aeronáuticas, o sector envolve um investimento global na cidade de mais duzentos e trinta milhões de euros e vai criar a curto prazo cerca de mil postos de trabalho.

Como é que foi que a autarquia deixou abalar de Setúbal um investimento desta dimensão, sabendo o real valor destas empresas no mercado mundial e aquilo que representam para a nossa cidade?

O que foi que fez a diferença entre nós e Évora?

Temos receio que abalem definitivamente para Évora, porque estão todas reunidas lá e dificilmente ficarão por aqui. Oxalá que fiquem!

Gostaríamos de saber o que de concreto se passou, que levou a que este investimento fosse feito fora de Setúbal.

Alberico Alho (BE) – Queria responder ao Sr. Deputado João Luz em relação à questão da resposta (inaudível, por razões técnicas de gravação) da Sra. Presidente da Câmara. Parece-nos que a maior parte das questões que são colocadas pelos nossos concidadãos, são problemas e são questões diretamente dirigidos à Sra. Presidente da Câmara, muitas delas só a Sra. Presidente da Câmara é que pode responder, são questões muito concretas e que requerem esse tipo de resposta, algumas dessas questões vem de sessões anteriores. Do nosso ponto de vista fazia sentido essa resposta, tanto mais que sabemos que muitas das vezes (inaudível, por razões técnicas de gravação) este ponto até à meia-noite, dependendo das circunstâncias do debate democrático e a resposta aos nossos cidadãos, toda a agente lucraria com isso. Sendo que os Deputados e as Deputadas podem e devem intervir sobre o conjunto das matérias que aqui são suscitadas, sejam elas quais foram.

Fazer uma referência em relação à propaganda do espaço público, para manifestar o meu total desacordo em relação à intervenção que foi feita pelo concidadão, no ponto de Antes da Ordem de Trabalho. Pela nossa parte dispensamos essa intervenção, considerando-a como uma (inaudível, por razões técnicas de gravação) fundamental da cidadania e da intervenção cívica (inaudível, por razões técnicas de gravação) ela estar autorizada, (inaudível, por razões técnicas de gravação) décadas, mesmo numa altura em que havia uma perspetiva da sociedade

portuguesa, em que o padrão era a proibição de qualquer participação/intervenção pelo espaço pública, nunca (inaudível, por razões técnicas de gravação) essa intervenção e era o que faltava que agora houvesse qualquer proibição, qualquer limitação dessa intervenção. Desse ponto de vista parece-me que a clareza deve ser assumida por todos.

Algumas questões muito breves, questões concretas à Sra. Presidente da Câmara.

A primeira é em relação ao herbicida que se chama (inaudível, por razões técnicas de gravação), como sabem é um herbicida que em alguns países em algumas regiões já foi proibido, por manifesta perigosidade para a saúde pública. Essa perigosidade tem sido testada por estudos. Queria saber se ao nível da Câmara e ao nível das freguesias se (inaudível, por razões técnicas de gravação) ou se pretende continuar a usar, no caso de esse produto ser usado.

A segunda questão tem a ver com outro aspeto que já levantei aqui alguns meses, relacionado com o passeio sul da Rua Dr. Homem Sampaio e Melo que na altura o Sr. Presidente da União de Freguesias esteve de acordo comigo nessa matéria, quando considerei que era um dos passeios mais degradados da cidade. Verifico que as árvores que deteriorava o passeio já foram cortadas há cerca de dois meses. Perguntava se há um plano de obras para perceber se essa obra vai ser realizada, até porque houve duas árvores que ficaram e não percebi qual é o critério para a sua permanência, mas isso é um apeto que o Sr. Presidente da Junta esclarecerá.

Uma terceira questão. Ao fundo da Rua major Perestrelo da Conceição confinando com a via rápida, há uma edificação que está abandonada há mais de trinta anos, é um símbolo da degradação urbana que certamente toda a gente reconhecerá. Queria saber se essa edificação pertence à Câmara Municipal, se é dos privados e se há algum projeto para exterminá-la enquanto tal.

Uma última questão, que é para felicitar a Sra. Presidente da Câmara pela obra de recuperação da Biblioteca Municipal. Não foi um exercício de cosmética, de fachada, foi uma obra útil e indispensável por três razões fundamentais. Primeiro porque recuperou um edifício antigo e bastante degradado, segundo porque melhorou a qualidade dos serviços prestados ao público, nomeadamente novos espaços que os utentes podem utilizar e também melhorou as condições dos funcionários nesse ponto de vista, pelo espaço indicado para felicitar e convidar todos meus colegas que nele fizeram para visitar a nova biblioteca que merce apenas. Apesar da qualidade da obra, não nos vamos esquecer que este edifício é o edifício da Velha Alfandega, que foi adaptado para biblioteca há já várias décadas, o espaço tem limitações que são insuperáveis. Desde logo lembrava que nós somos o único concelho deste distrito e não sei se não seremos dos únicos do país que não tem uma biblioteca feita de raiz, com um conjunto de competências que são indispensáveis numa biblioteca moderna. Esta é uma biblioteca que tem dezenas de anos e que tem limitações óbvias. Lembrar uma promessa feita aos setubalenses há mais de trinta anos. A Sra. Presidente da Câmara não tem responsabilidade das promessas que foram feitas há trinta anos, mas tem as responsabilidades com as promessas que foram feitas na última e desse ponto de vista, todos nós estamos ansiosos por saber quando é que vai começar a obra da nova biblioteca.

Domingos Semedo (PS) – Relativamente ao Bairro Joaquim José Santana, junto à Av. Jaime Cortesão. É um bairro que é constituído por casas degradadas que foram arrombadas por famílias necessitadas, que hoje habitam nelas. Essas casas não têm condições e estão a cair aos bocados. Constituem o agregado dessas famílias crianças que sofrem de doenças, sendo uma delas o autismo, o que carece de cuidados especiais de saúde. Gostaria de saber como é que a Câmara dá resposta a esses casos urgentes e se essas famílias estão abrangidas pelo plano de realojamento?



Manuel Esteves (PS) – Começaria a minha intervenção por Azeitão em duas partes. A parte mais degradante e a parte em que estou muito surpreendido, embora conheça bem os locais que os munícipes vieram queixar-se, sobre a falta de limpeza e a tal vala do esgoto aberto. Quero reforçar também, porque ninguém falou nesse sentido, estamos a falar de uma zona totalmente urbana. Toda esta zona é zona já urbanizada e urbana, o que se torna muito mais grave.

Azeitão fica por aqui, vou agora voltar-me aqui para a outra parte de Azeitão, voltar a falar sobre, para quando alguma explicação sobre o pavimento em alcatrão na Rua da Paz, Rua da Cruz, Travessa dos Celeiros e no cruzamento principal de Azeitão, que tenho sempre aqui falado neste sentido, porque aquilo está grave e tem tido muitas intervenções, mesmo aqui dos serviços camarários, para tapar os buracos. Embora não seja só aqui nestas partes degradantes, estar a falar sobre os espaços envolventes e dos espaços que estão lá para serem utilizados, porque esses depois mais tarde agente virá a falar sobre aquilo que irá acontecer lá em Azeitão. Vai ser uma coisa que mais tarde tiramos dividendos disso, com certeza mesmo negativos, mas não me vou pronunciar sobre eles, porque as pessoas que estão à frente disso, com certeza que estão um pouco distraídas.

Quero falar sobre a outra parte de Azeitão, das partes das inaugurações. As inaugurações das novas juntas, as inaugurações dos parques verdes, as inaugurações dos mercados dos quais tudo bem e a inauguração do Rossio. Não sou capaz de estar totalmente contra a essa inauguração, dessa obra feita pela junta de freguesia, na pessoa da nossa Presidente, mas há aqui uma coisa que não deixava passar e já agora vou-lhe dizer. Foi uma pena e uma falta de gosto, se assim me permite, arrancar o pavimento que está lá e pôr lá blocos de cimento ao comprido, para fazer aquele calçadão que lá está. Aquilo é em blocos, pode ser alguma porcelana ou uma coisa qualquer, mas são retângulos que lá estão. Julgava que aquilo era uma zona de excelência e uma zona antiguíssima lá da minha parte de Azeitão e pensava que aquilo ia embelezar um bocado dentro do espaço envolvente do Palácio dos Duques de Aveiro. Afinal com aquele pavimento todo que ali está e com aquele monumento que vamos falar a seguir, com certeza que o Palácio dos Duques de Aveiro vai passar a ser um novo Centro Cultural de Belém, para as coisas estarem em sintonia. Se aquilo fosse em calçada portuguesa, com alguns desenhos daqueles bonitos, como temos à frente do município, aquilo se calhar ficava muito mais bonito. O cacho de uvas que lá pôs e bem, porque é uma terra de vinho, é uma terra que tem nome e já há quinhentos anos que andamos a falar nisto. Sempre esperava que o cacho de uvas fosse colocado da forma mais original, ou seja, para baixo ou então deitado. Um cacho de uvas virado ao contrário e ainda por cima a verter água! Se fosse vinho ainda achava um bocado a coisa mais engraçada. Um cacho de uvas virado ao contrário e a deitar água! Quem fez, fez boa vontade e reconheço que o espaço está muito bem aproveitado, se não fossem estas situações.

Voltava-me um bocadinho para Setúbal virada ao turismo, como toda a agente aqui fala e toda a agente aqui costuma dizer e preocupar-se, porque por jeitos, Setúbal também tem os seus problemas e de que maneira, mas pouca gente fala nisso ou então andam distraídos por aí, mesmo os deputados desta Assembleia.

Começava por pontos mais à vista, por exemplo o Forte de S. Filipe. Em que ponto de situação é que ele se encontra, qual é o desenvolvimento daquilo que estava previsto para se fazer lá? Gostava de poder ter essa informação.

Gostava, se me pudessem ser útil, porque é que Mosteiro de Jesus está fechado há uma data de meses e a dizer lá que está em manutenção. Vejo sistematicamente diariamente ali dezenas de pessoas a olharem para a porta, a lerem o letreiro que lá está, a dizer que continua em manutenção. Também agora no Verão deveria ser um bocadinho mais solta essas situações, uma vez que as igrejas continuam todas fechadas. A igreja de Santa Maria está sempre



fechada, a de S. Julião está sempre fechada. Os turistas vem aqui à cidade para se regalarem, se calhar só com o choco frito, carapaus e sardinha, o que já não é nada mau, é um grande potencial da nossa querida cidade, sem dúvida nenhuma, mas isto só é curto e é pequeno para quem anda a fazer hotéis aí e hotéis por tudo o que é sitio e local, a bem da cidade e aceite de bom agrado.

Com a preocupação do Sr. Deputado da CDU, João Luz, passou da limpeza dos campos e aquilo tudo, aconselhava-o a ir ver no centro da cidade, em frente ao Naval na Rua Alfredo Keil, que tem um talhão no meio da cidade com erva com metro e meio de altura, era conveniente passar por lá um dia destes, tirar a fotografia e mandar ao dono ou ao Porto de Setúbal, não sei de quem é o proprietário daquele lote de terreno, sei que aquilo é um quarteirão que ali está, que é uma vergonha as pessoas passarem por ali verem aquilo como eu vejo e como os outros todos lá veem e já houve lá um fogo.

Estou satisfeito com o Parque de Campismo, porque finalmente já vai ter a sua utilidade no final do mês, mas fiquei um bocado surpreendido, porque o prédio que lá estava ficou fora da vedação, agora novo, que era o antigo bar de convívio e da esplanada, não sei o que é que se poderia estar ali guardado para futuro desenvolvimento daquela estrutura. Aquilo é uma estrutura que deve ter o seu aproveitamento.

Maria Rosário Amaral (BE) – Em relação ao que se falou aqui da Festa da Ilustração, saúdo a Câmara por esta atividade. Só vi uma exposição, porque venho ao sábado de manhã e o resto está tudo fechado, tenho que mudar um bocadinho os meus horários, para ver se consigo ver o resto das exposições. A única que consegui ver foi a da Casa da Cultura. Gostaria também que esta festa, que é o segundo ano que se faz, nas próximas edições abrisse um bocadinho mais aos artistas ilustradores da cidade, aos jovens, que se pudesse fazer algum colóquio com alguns convidados internacionais ou outras coisas. Sugiro que se desse aqui um pequeno passo, que fosse além das exposições e participação das escolas, que já é bastante, para melhorar um bocadinho esta atividade.

Outra das questões que trago aqui sempre é a questão da Estrada Nacional 10, agora Av. Álvaro Cunhal. Aguardo que haja requalificação. A Sra. Presidente da Câmara tem dito que estão a pensar nisso. É só para lembrar.

Alertar aqui uma situação. Naquela Avenida em frente ao Naval, não se veem uma única passadeira. É só um alerta para essa questão.

A questão da resposta aos munícipes que aqui vieram pôr questões, muitas delas só poderão ser respondidas pelo executivo da Câmara. É lógico que aquelas que sejam possíveis responder, mas também gostaria de ouvir aqui algumas respostas. Foram levantadas aqui algumas questões importantes, um bocadinho mais específicas sobre algumas questões particulares e houve aqui questões que também foram já postas pelos Deputados em relação ao IMI e isso tudo, que já foi aqui amplamente discutido, mas que deveria ser dada uma resposta.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Tenho pena que o Sr. Vereador André Martins esteja doente, porque há aqui questões que foram levantadas por munícipes de Azeitão que são do pelouro dele e que ele acompanhou de alguma forma. Lembro-me que em 2011 houve reuniões entre o Sr. Vereador do Urbanismo, o Sr. Vereador André Martins mais os técnicos. Houve uns moradores, da Quinta dos Foios, que solicitaram a utilização dos terrenos que estavam entre as casas e as valas, houve outras situações em que não. A partir dessa altura em que a Câmara começou a fazer esse acompanhamento, à Junta de Freguesia não tem chegado, pelo menos este ano, reclamações relativamente à vala. Pensei que a partir desse momento em que houve esse acordo com esses moradores, que a outra parte

que era preciso entrarem lá por um sítio para ser limpa, essa questão estivesse arrumada, mas não sei como é que está. Este ano não chegou nenhuma queixa à Junta de Freguesia relativamente a essa vala.

Relativamente às (inaudível, por razões técnicas de gravação) de Oleiros (Sr. Paulo Valadas) é uma urbanização que ainda não está entregue. É urbano, é urbanizável, mas ainda não está rececionada pela Câmara Municipal, continua à responsabilidade do urbanizador, segundo me informou a Câmara Municipal. O ano passado a Junta foi lá cortar as ervas e este ano irá lá, quando poder. Não estando entregue à Câmara, não está protocolado com a Junta de Freguesia. Se me disserem que a Câmara tem que acionar as garantias bancárias do urbanizador, para uma vez por todas esta situação se resolver, essa é a minha opinião e é aquela que tenho transmitido à Câmara Municipal, porque os moradores que ali vivem têm direito a ter os seus problemas resolvidos.

Relativamente à questão do Pré-escolar de Vendas, penso que não foi essa a intensão do Sr. Ryder dar a sensação que aquilo era um jardim-escola que não salvaguardava as crianças e isso não é. Soube à posterior essa situação com a filha do Sr. Ryder, que infelizmente aconteceu, é de lamentar, é de se tomarem medidas no sentido de não acontecer nunca. Estou ao lado do Pré-escolar de Vendas e os contactos que tenho com todos os pais, gostam muito do Pré-escolar não têm sensação de insegurança, mas compreendo a forma como o Senhor põe a questão, porque foi a sua filha que esteve em perigo e não deveria ter estado. Volto a repetir, não deveria ter estado. Também diz que há seis anos estava assim. Também me interrogo, o que fizeram os professores e o que é que fez a direção de escola! À Junta de Freguesia que está ali tão perto, nunca deram conhecimento à Junta que essa situação estava assim. À Junta de Freguesia não deram nunca essa informação. Não sei o que se passou.

Relativamente a uma questão que levantou o Senhor Deputado Fernando Monteiro da Rua da Perpétua. Só me vou permitir dizer aquilo que sei, porque o Sr. Vereador Rabaçal não está cá e ele é que é o vereador dos asfaltos. A última reunião que a Junta de Freguesia teve com o Sr. Vereador Rabaçal, a garantia é que este ano a Rua Perpétua Azeitonense seria reasfaltada e tratada. Dentro das prioridades da Câmara de reasfaltos está a Rua Perpétua Azeitonense. Esta reunião foi há 15 dias.

Queria levantar uma questão à Câmara no sentido de tomar medidas junto à Estradas de Portugal. As bermas das estradas nunca estiveram como estão este ano, nem a N.º10, nem a N.º379. Não têm limpeza e nos outros anos por esta altura já tinham sido limpas e inclusivamente nem a sinalética se vê, está tapada por vegetação. Na estrada N.º379 quem vem de Vendas leva com a vegetação toda na cara e no resto do corpo. A Junta já comunicou com as Estradas de Portugal, mais do que uma vez, ainda não deram resposta, penso que a Câmara têm que solicitar a intervenção das Estradas de Portugal.

Sei que a Câmara já pediu, mas queria solicitar à Câmara que fizesse mais um “forcing” no sentido de postos de há no meio das ruas em Azeitão sejam encostados aos muros. Isto é com a EDP.

Chamar a atenção da Câmara pelo facto da AMARSUL muitas vezes não prestar o serviço que deve prestar. Temos muitas das vezes Ecopontos completamente cheios, as pessoas transportam os vidros, papeis e plásticos nos carros para os Ecopontos e colocam no chão, porque estão cheios e depois a AMARSUL vem e levanta, mas aquilo que está no chão fica no chão. Ainda há dias, na Rua 25 de Abril partiram uma caixa daquelas, caíram as coisas todas para o chão e eles nem uma vassoura tinham para varrer. Estão a prestar um mau serviço às populações.

Relativamente ao Rossio, lamento que o Sr. Manuel esteves tenha estado na Assembleia de Freguesia na terça-feira, esta era uma questão para a Junta de Freguesia, mas lá não tinha tanto palco, aqui tem mais palco, onde poderia ter apresentado essa questão. Anda um bocadinho



distraído, não só os outros Deputados, não há lá blocos de cimento, o que há é pedra de granito, não são blocos de cimento. O lancil de granito e o chão é todo em pedra de granito, é um material nobre Sr. Manuel Esteves. Eu sou da terra do granito, da Serra da Estrela e garanto-lhe que é granito.

Estivesse lá o que estivesse teria mal, porque o que é mal é aparecer trabalho feito, infelizmente é isso que se passa, mas há trabalho e é de granito, ainda que não fosse, houve a possibilidade de pôr granito que é uma pedra nobre e mais cara que qualquer uma outra. Houve essa possibilidade, está posto, temos pena é para se continuar a pôr.

Carlos Batista (PS) – Ainda esta manhã, uma moradora na Rua Major Perestrelo da Conceição, caiu num buraco e foi parar ao hospital e regressou a casa com uma perna pendurada. Já não é a primeira vez que este ano isto acontece. Isto acontece, porque na Rua Major Perestrelo da Conceição há cerca de dois anos foi aberto uma vala para colocar um cabo da EDP, o cabo foi colocado o pavimento foi repostado, mas o trabalho não foi bem feito. O ano passado alertei para esta situação, não sabemos bem se estes trabalhos são feitos pela Câmara ou através da Junta de Freguesia, o certo é que foram repor esse pavimento. Este ano voltou a chover e as pedras voltaram-se a soltar, existe naquele passeio na Rua Major Perestrelo da Conceição, entre a Rua tenente Carlos Alves até à Rua Frei José da Purificação, uns seis ou sete buracos, as pessoas que moram ali algumas já são idosas e estão sujeitas a cair e este ano já foram duas. Creio que é um trabalho que se faz com alguma rapidez. É evidente que nem a Câmara, nem a Junta de Freguesia têm culpa do mau trabalho que a EDP fez, porque o próprio passeio, mesmo tapados os buracos com as pedras, todo ele está irregular. As pessoas já têm dificuldade em passar sem os buracos e com os buracos aquilo está um autêntico perigo, gostaria que a Junta de Freguesia ou a Câmara tomassem a devida atenção. Na Rua José da Purificação, que é a rua que o nosso conterrâneo falou daquele edifício que ali está, há cerca de vinte anos, aquilo foi uma obra autorizada pela Câmara ao Sr. José Ferro. Na altura ninguém percebeu, porque é que foi autorizado. Era para fazer uma lavagem para automóveis. O Senhor Ferro para não pagar a água à Câmara fez um furo para captar água dentro do edifício. Alguém na altura (inaudível, por razões técnicas de gravação) não era justo haver aquele edifício naquela urbanização. Ao fim destes anos todos, a Sra. Presidente disse que o tribunal mandou demolir o edifício, mas até ao momento ainda não aconteceu nada.

Mesmo nessa rua onde está o edifício, que é a Rua Frei José da Purificação, quando passa o edifício há uma curva para a esquerda, existe uma tampa de esgoto e essa tampa de esgoto tem um buraco que vai aumentando e como se encontra no meio da estrada, quando vem só um carro, o carro consegue passar pelo meio da tampa, mas quando vem um carro em sentido oposto os carros têm que passar com o pneu em cima daquela tampa de esgoto. Como já está descarnado, mais semana menos semana os pneus começam por rebentar. Aquele troço de 200 metros tem cerca de oito buracos. Não sei se é da Câmara se é da Junta de Freguesia, agradecia uma boa vontade para ver se pelo menos esse, que poem em risco não só a segurança dos automóveis como das próprias pessoas, se veem esse problema resolvido.

Queria dar uma nota positiva. Eu fiquei... e creio que os amantes do andebol, setúbal e o Vitória em particular, com a decisão que a Câmara teve em transferir a final da supertaça de andebol, do Pavilhão das Manteigada para o Pavilhão António Vaz de Setúbal. Acho que foi uma ótima decisão, porque é este pavilhão que tem histórias, o pavilhão fez a história do andebol em Setúbal. Não só transferiu a final como também vai ajudar para a recuperação do pavilhão. Obrigado e bem-haja.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – Confesso que ia começar a minha intervenção e vou começar a minha intervenção dizendo que a Assembleia, hoje está especialmente interessante e



motivante com a presença de tantos cidadãos e com tantos assuntos diferentes. Mas confesso que para os cidadãos e para nós próprios, o tempo de intervenção das pessoas e os assuntos, começo-me a questionar para que servem as comissões de trabalho! Se temos comissões de ambiente e urbanismo, comissões de questões sociais, porque é que as pessoas não levam esses assuntos para essas comissões e ficam sintetizadas e se calhar a metade delas resolvidas? Pedia ao Sr. Presidente, não pondo em causa a sua boa gestão, que pusesse algum cobro nas intervenções das pessoas, que as pessoas estão aqui a noite toda a falar e já são 11h.

Queria saudar as intervenções dos munícipes que estiveram cá e pelos seus assuntos. Depois de tanta ausência popular é de louvar essa presença essa presença, mas também é importante tomarmos atenção que estamos a assistir a uma situação que é a dos munícipes

Já saírem da sua zona de conforto e virem à Assembleia Municipal. Porque veem muitas das vezes reuniões marcadas, que não conseguem ter com a Sra. Presidente e com o executivo.

Isto é um sinal importante, porque as pessoas estão a mudar de opinião, o estado de graça começa a ficar aqui um bocadinho em causa. Dizer ao Sr. Deputado João Afonso Luz que a Assembleia Municipal é isto mesmo, a Assembleia terá que fiscalizar logicamente as ações da Câmara e do executivo, mas muitos destes assuntos que são trazidos a esta Assembleia, são ignorados pelo executivo, não são originais, as pessoas chegam a uma altura em que já acreditam em nada disto e pensam “*O que é que anda tanta gente ali a fazer?*”. As pessoas chegam aqui e ao final de um tempo começam por se ir embora. Queria que o executivo pelo menos desse ou promettesse que dá resposta a esta gente, que são pessoas que vem personificar aquilo que nós andamos aqui, à não sei quanto tempo, a reivindicar e a pedir para que as coisas mudem. O povo está a vir à Assembleia, é um bom sinal, isto é um bom sintoma de que algo terá que mudar.

Teresa Andrade (PS) – Gostaria de me congratular, porque enquanto as pessoas se indignam há esperança, é bom as pessoas virem cá e gosto de ver estas sessões animadas com participação dos munícipes, daqueles que nos elegeram. É para isso que todos aqui estamos, o papel do executivo será sempre mais difícil, porque haverá sempre insatisfação, mas foi isto que escolheram. Estão aqui, porque é isto que querem fazer e porque é importante e não porque era fácil.

Gostaria de me congratular pela questão da atribuição do PEDU ao nosso município. Vamos ter 6,8 milhões para reestruturação, 10 projetos em bairros sociais complicados aqui na zona do Convento de Jesus também. Estou contente, acho que há muita coisa importante para fazer, sobretudo nestes bairros à nossa volta, que precisamente urgentemente de parques infantis para crianças, que precisam de remodelação a vários níveis, porque as pessoas estão muito carenciadas. Queria congratular-me, mas gostaria também, se possível, numa próxima Assembleia que nós deputados municipais também pudéssemos ser esclarecidos sobre a natureza daquilo que vai ser feito e até poder colaborar com ideias, quem sabe!

Manuel Fernandes (PS) – Não era previsível intervir neste ponto, mas dada a riqueza das intervenções dos nossos concidadãos e a pertinência das questões levantadas ao executivo, gostaria de fazer dois reparos.

O primeiro prende-se com a reiterada intervenção dos cidadãos de Azeitão. Há muito tempo para cá, muitos cidadãos de Azeitão têm vindo à Assembleia Municipal colocar questões. Isto permite-me fazer a seguinte observação. Alguma coisa faz com que a população de Azeitão faça bastantes quilómetros da sua zona de conforto para chegarem aqui e colocarem as questões ao executivo. Há muitas pertinências em Azeitão, o que perante a Assembleia Municipal e os Srs. Deputados tal como possivelmente já deverão ter feito essa leitura, alguma coisa em Azeitão deverá ter que ser feita ou deverá ter que ser melhorada, no sentido da ação

da operacionalidade daquilo que é efetivamente as ações com concreto a fazer em Azeitão, porque bastantes cidadãos e não penso que errei se nos últimos anos, em todas as Assembleias Municipais apareceram aqui cidadãos de Azeitão a colocar questões, isso quer dizer que há bastantes problemas em Azeitão que estão a ser identificados por cidadãos e que não deixam de vir aqui à Assembleia colocar exatamente essas questões e essas pertinências.

Em segundo lugar gostaria de, perante a riqueza das intervenções do público aqui presente e a pertinência das questões levantadas, gostaria de evidenciar uma que já foi aqui por mais do que uma vez, também levantada pelas bancadas da oposição e também de alguma forma levantada até pela bancada da CDU aqui presente, que diz respeito ao IMI e efetivamente ao parecer da DGAL. A bancada do Partido Socialista já por várias vezes e há muitos anos a esta parte tem levantada a questão da pertinência, levantada pelo executivo, justificando da obrigatoriedade ao abrigo do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, de manter o IMI na taxa máxima para aplicar em Setúbal. Efetivamente isso não se verificou, deu razão à bancada do Partido Socialista e às outras bancadas que também defendiam essa proposta de não aplicar a taxa máxima aqui no concelho de Setúbal e quem deu razão foi efetivamente o parecer da DGAL. A questão levantada pela Sra. D. Maria Teresa Lapa é mais pertinente e é mais profunda ainda. Uma vez que foi levantada a questão do parecer da DGAL, que segundo a Sra. D. Maria Teresa Lapa aqui frisou, o segundo parecer da DGAL não (inaudível, por razões técnicas de gravação) o primeiro que tinha sido omitido pela Sra. Presidente, pelo executivo municipal, data do dia 30 de abril de 2015 e no dia 25 de setembro de 2015, cerca de quase de seis meses depois a Sra. Presidente não conseguiu em debate em Assembleia Municipal e em reunião de Câmara dizer que existia esse parecer. Na altura, a bancada do Partido Socialista levantou essa questão *“o porquê da omissão desse parecer do dia 30 de abril”* e *“o porquê da necessidade de um parecer de um advogado privado para efetivamente contrariar aquilo que seria um parecer institucional da DGAL”*. Mais não fosse, não só a DGAL como a IGF - Inspeção Geral de Finanças associou-se ao parecer da DGAL e veio reiterar o segundo parecer da DGAL. Mas como a bancada do Partido Socialista já anteriormente tinha levantado essa questão e o Sr. Vereador André Martins, na ausência da Sra. Presidente na altura que não compareceu nessa Assembleia Municipal, à qual essa questão foi levantada, o Sr. Vereador André Martins disse que o executivo ia-se retirar desse debate, porque não queria entrar nesse debate. Isso está em ata. O Sr. Vereador André Martins retirou-se desse debate e não deu resposta à bancada do Partido Socialista. É muito oportuna a questão levantada pela Sra. D. Maria Teresa Lapa, talvez agora através do privilégio da Presidente estar aqui presente, a Sra. Presidente efetivamente poderá esclarecer de uma forma cabal e de uma vez por todas, por que razão primeiro omiti-o o parecer de 30 de abril e segundo por que razão é que ainda não tem a taxa máxima em Setúbal reiterando a possibilidade e a inevitabilidade da taxa máxima em Setúbal apenas, tal como a Sra. D. Maria Teresa Lapa referiu na sua intervenção, só baixando através do orçamento de estado para 2017, uma vez que o orçamento de estado passa a taxa máxima de 0,5% para 0,45%. Iremos obviamente de ter a possibilidade de ouvir os esclarecimentos, talvez de uma forma cabal da Sra. Presidente, pela (inaudível, por razões técnicas de gravação) a questão seria levantada. Muito mais gostaria de dizer, mas muito oportuna foi levantada a sua questão. Estaremos obviamente todos na expectativa de ouvir a resposta da Sra. Presidente em relação a esta questão.

Presidente da Mesa – Terminaram as intervenções desta primeira parte de um período que seria de 60 minutos, o Período Antes da Ordem de Trabalhos. Chamo a atenção, até porque foi feito um reparo pelo Sr. Deputado Eduardo Pinto sobre o prolongamento as intervenções, a claríssima impossibilidade de falarem todas as questões tão numerosas que aqui são postas, por uma razão que se percebe bem, não há gestão possível para uma situação destas. É um



concelho com mais de 100 mil habitantes, é uma Assembleia com 38 Deputados, reúne de três em três meses e conseqüentemente as questões vão-se avolumando, a necessidade de falar nelas é óbvia e evidente. Isto diz-nos bem da dificuldade que há em pormos dentro de baias tão estreitas o nosso diálogo, que é necessário e é absolutamente imprescindível. Não quero contribuir para o alongamento indevido dos trabalhos e por isso dou a palavra ao executivo para intervenção.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Começar por referir que também tenho interesse em responder às questões dos munícipes, especialmente quando algumas são dirigidas em tom de joga e de esquema político/partidário claro e puro. De arrogância e de má educação nós não temos medo e não nos escondemos. É pena não poder, dando o mesmo tom, poder responder aos Senhores, que gostaria de vê-los noutra palco, na reunião da Câmara Municipal. Teríamos todo o gosto em recebê-los para poder no mesmo sítio poder responder no mesmo tom. Não nos escondemos através de algumas redes sociais, que algumas pessoas utilizam. As pessoas que aqui intervieram não devem ser qualificadas todas da mesma maneira, uma vez que estão aqui questões extremamente pertinentes e que nos merecem todo o respeito e consideração. Não tenho condições para responder àquela questão das valas, que foram colocadas quer pelo Senhor José Andrade quer pelo Sr. Paulo Pronto, mas terei todo o gosto em responder-vos pessoalmente ou por escrito assim que o Sr. Vereador estiver regressado ao trabalho, porque está doente e penso que segunda-feira estará em condições de me dar esta resposta e de podermos marcar uma reunião ou responder por escrito. Vereia a melhor forma, porque nós costumamos dar a resposta às pessoas. Saber exatamente o que se passou com isto, que reuniões foram feitas, que trabalho é que foi feito para poder responder.

Em relação ao Sr. Manuel Ryder, já é “*habitué*” deitar aqui as atoardas e virar costas, não podermos responder aos processos em tribunal que o Senhor tem e que aqui não convém ter dito. Mas é a ele que nós iremos dar resposta, antes que aconteça outra Assembleia Municipal e ele pela terceira vez tenha a mesma atuação.

Em relação ao IMI terei a oportunidade de esclarecer através do Sr. Deputado Manuel Fernandes e lá chegará.

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Monteiro, que pôs a questão da estrada e penso que a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão já deu resposta, mas também vou saber como é que está o plano de intervenções. Este ano houve uma situação atípica em relação ao tempo, choveu, fez sol e isto causou-nos gravíssimos problemas em relação à deservagem e em relação à requalificação de passeios e de pavimentos. Mais uma vez andamos a fazer, pela segunda semana consecutiva, uma volta urgente em relação a todos os buracos, até com a participação de alguns trabalhadores das Juntas de Freguesia, para urgentemente taparmos os buracos, porque o tempo parecer estar a aguentar. Requalificar os buracos que apareceram por força do tempo, bem como outros buracos que por causa das ações de alguns operadores da NOS, EDP, Águas do Sado, nós fazemos as recuperações e rapidamente vêm porque é preciso colocar mais uma linha e depois tem que ficar o tempo suficiente para aquilo compactar, às vezes duas a três semanas, depois via abrindo mais à volta e quando eles vão repor, depois de compactado o piso já não fica igual e os buracos voltam a surgir na mesma zona, porque as coisas não ficam feitas como devem ser feitas. Andamos a fazer reuniões com os operadores no sentido de tentarmos minimizar estas questões e até de responsabilizá-los e em vez de só recuperarem os buracos, também deverão fazer bocados de tapete para evitar que aquilo se abra novamente, mas ainda não temos esta situação resolvida, que nos está a

preocupar muito. O dinheiro nestas intervenções são de vários milhões, porque quando estamos a tentar recuperar uma zona, já outra zona está altamente degradada.

Em relação ao terreno do Juventude Azeitonense, vou pedir ao Sr. Presidente para passar a palavra o Sr. Vereador Pedro Pina no fim da minha intervenção, para falar no terreno do Juventude Azeitonense e para falar na Festa de Ilustração.

Em relação às questões colocadas pela Sra. Deputada Carminda Ferreira, no que refere aos mil e seiscentos litros de gasolina, isto aguarda visto do Tribunal de Contas, o processo está completo. Foi anulado.

Deve ser respondido e com certeza que o Sr. Vereador André Martins já deve ter pedido essa resposta e dar conhecimento da mesma rapidamente.

Em relação à Casa das Quatro Cabeças não tenho informação, o Vereador Carlos Rabaçal está de férias, mas também estava no Tribunal de Contas e também vai ser respondido.

Relativamente à Mecachrome, para não fazer um relato mais histórico, gostava de saber exatamente o que é que o Partido Socialista fez em relação à captação de investimento quando cá esteve?

Não sei quais foram as empresas e gostava de saber, mas temos registo de que com a captação de investimento já conseguimos para este município mais de cinco mil postos de trabalho que foram criados em quatro anos. Disso temos conhecimento e temos os registos de tudo isso.

Depois está mal informada, a Mecachrome está no Município de Setúbal, sim! Não está no Alto da Guerra, está no BlueBiz Parque, que fica a caminho da Estefanilha. Se calhar não conhece nada disso e portanto está mal informada para fazer aqui o relatório tão completo sem dados mais concretos.

Quem a trouxe para cá não foi a Mecachrome, que andou a fazer sondagens, nada disso, foi a Wawak, que pela sua relação comercial com a Mecachrome e a sua proximidade conseguiu trazer o Sr. José, que é o dono da Mecachrome, tiveram reuniões comigo, etc., etc.. Combinámos um almoço no sentido de verificarmos quais as contrapartidas do município.

Mas como sabe as contrapartidas do município são praticamente nulas em relação a isto, porque não é o município que pode isentar de IMI, porque não iam comprar terreno nenhum, iam alugar espaços no BlueBiz Parque, onde estão instalados e têm trabalhadores do Instituto de Emprego e Formação Profissional e estão extremamente satisfeitos em relação à parceria que existe com o IEFPP, porque é lá é que fazem a sua formação, alguns vão para Évora e outros continuam a trabalhar em Setúbal.

Não sei se tem conhecimento, provavelmente não interessará muito este conhecimento, mas lembro-lhe que a Região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma comparticipação de Fundos Comunitários de 45 a 50% no máximo e todo o resto das regiões de Portugal, incluindo Évora, têm uma comparticipação de 80, 85, 90 e 95%. É evidente que a Mecachrome vai criar estes postos de trabalho todos, que alguns estão a fazer formação profissional e que foram trazidos pela Wawak, a quem nós agradecemos eternamente. Estão a fazer a sua fábrica, porque têm uma comparticipação comunitária na ordem dos 80 a 90%, não sei, mas é nesta ordem de grandeza.

A Câmara Municipal de Setúbal não deixa fugir investimentos, a Câmara Municipal de Setúbal substitui-se ao Governo, de que o seu partido já fez parte e que está novamente no Governo, para fazer obras que pertencem ao Governo...

(Ouve-se burburinho de fundo)

Não sei se é permitido esta cena do público? Não deve ser permitido.

Presidente da Mesa – Desculpe, mas não assisti, não reparei. Se algo se passou que não é devido, pedia sinceramente que o comportamento fosse absolutamente impecável por parte das pessoas presentes e agradeço que assim continue.



Faça favor Sra. Presidente pode continuar com a sua intervenção.

Presidente da Câmara – A Câmara Municipal com os impostos dos setubalenses substituiu-se ao Governo para fazer a recuperação do Convento de Jesus, quando era devido ao Governo da Nação. A Câmara Municipal está-se a substituir ao Governo para fazer o resto do Convento de Jesus, para fazer o Forte de S. Filipe, etc., etc., para que os equipamentos que são nacionais não caiam de maduros.

Foi isso que a Câmara Municipal fez e é isso que a Câmara Municipal continua a fazer em relação a muitos investimentos e a outros que irão aparecer com toda a certeza.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Municipal Albérico Afonso, nomeadamente ao herbicida, este componente está em todos os herbicidas que nós ainda utilizamos e tentamos não utilizar. Estão a fazer estudos à composição e aos malefícios que este composto provoca, mas não são ainda conclusivos e tivemos que ir aplicando na mesma os herbicidas, porque, como disse há pouco, este ano foi uma loucura em relação às ervas que apareceram por todo o lado. Muitas destas ervas foram retiradas pelas roçadoras. Cada um faz no seu território, quer as freguesias, quer o município que também tem algumas áreas que são da sua competência. Não tivemos mãos a medir, muitos foram retiradas pelas roçadoras e outras foram com a ajuda de herbicidas que ainda têm este composto e não temos ainda estudo que apure os malefícios em relação a este mesmo composto.

A garagem ou estação de serviço que está abandonada junto ao Conservatório, já teve várias notificações e já passaram todos os prazos e o município está a preparar-se para fazer a demolição sob pena de podermos pôr uma queixa no Ministério Público para aquilo ir abaixo, porque ninguém dá resposta. Há dois ou três anos que andamos a fazer notificações sucessivas e aquilo há muitos anos que está fechado, aliás nunca conheci aquilo a funcionar, é um mamarracho que não faz sentido.

A nossa biblioteca é para se concretizar assim que haja condições, fundos comunitários ou capacidade financeira do município, mas aquela biblioteca não substitui a nova. Há um protocolo já com a Sociedade Portuguesa de Autores e assim que se fizer a nova biblioteca aquilo passará a ser um complemento de um museu da Sociedade Portuguesa de Autores que nos pediu uma extensão para Setúbal. Aquelas obras mais estruturantes, de cobertura, de fachada, de eletricidade, de esgotos, de janelas, mantem-se e faz todo o sentido depois uma passagem para o tal complemento da Sociedade Portuguesa de Autores.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Domingos Semedo, a Câmara Municipal não pode resolver este realojamento, há muitos anos que não há nenhum projeto de reabilitação e de financiamento à construção e é muito difícil a Câmara suportar sozinha a construção para habitação social. De qualquer modo vai haver realojamentos com caráter muito urgente, à medida que vamos descobrindo algumas falcaturas como casas duplas, ou pessoas que vão falecendo ou pessoas que vão saindo. Temos uma lista de prioridades e vamos alojando as pessoas de acordo com essa lista. Quanto às duas mil e tal que continuam lá inscritas está difícil. Está difícil de dizermos de uma vez por todas que a situação está arrumada.

O Sr. Manuel Esteves colocou algumas questões, uma já teve resposta e eu subscrevo por baixo a resposta dada pela Sra. Presidente da Junta de Azeitão. Você que está lá no sítio, sabe tão bem que está a dizer uma coisa que não é verdade e até custa ouvir. Se ouvisse isso de outro Deputado que não vai lá ou não foi lá e não conheceu aquilo, agora do senhor que sabe como é que aquilo estava, vir fazer uma intervenção dessas! Do ponto de vista estético ninguém tem que estar obrigatoriamente com ninguém, cada um tem a sua concessão estética, agora em relação aos materiais o senhor sabe muito bem como é que aquilo estava e como é



que aquilo está, mas é assim. Acho que na política não vale tudo e estas intervenções, com palavras que magoam, não fazem sentido.

Em relação ao Mosteiro de Jesus, está muito preocupado por estar fechado? Nós também estamos.

Como sabe, tratasse de um edifício nacional, um edifício que inicialmente teve um projeto que foi feito em 2001 e que não foi feito por nós, um projeto que custou 768.000,00€, mas que não contemplava nem a igreja, nem o coro alto, nem a torre cimeira. Hoje esta obra foi feita com participação dos impostos dos munícipes setubalenses. Foi feita a revisão do projeto e tem de facto a reabilitação da igreja, desta torre cimeira e do coro alto.

Sabe porque é que o Mosteiro está fechado? Porque a torre cimeira está a cair Sr. Manuel Esteves, e sabe porquê? Porque os Governos durante 30 anos deixaram aquilo chegar ao estado a que chegou e se não fosse o município, a parte de trás também já tinha caído com toda a certeza. Há questão de um mês começaram a cair as escadas de acesso à torre cimeira e por uma questão de segurança tem mesmo que estar fechado até começarem as obras.

Quanto à Rua ... (inaudível, por razões técnicas de gravação), está tudo sujo, não é da Câmara Municipal e as pessoas já foram notificadas várias vezes, mas continuamos a tratar disto, a tentar tratar disto, porque às vezes não é fácil.

O prédio que ficou de fora no Parque de Campismo, o bar/restaurante ficou de fora de propósito, porque aquele bar/restaurante vai ter serventia para o público em geral e para as pessoas do Parque de Campismo.

Quando se fizer obras mais profundas, porque agora é uma reabilitação parcial para resolver o problema das autocaravanas, porque se aquilo estiver abandonado ainda se degrada com maior rapidez e tudo o que são canalizações, eletricidades foi tudo vandalizado, não era nosso e não tinha segurança. Com este protocolo tivemos que fazer rapidamente uma intervenção profunda, não parece, mas foi muito profunda, implicou ainda algum investimento avultado da Câmara e implicou também investimento dos próprios serviços da Câmara.

O Parque de Campismo agora tem só a receção, foi feita toda a vedação, foi recuperada a vedação de trás, foi feita uma fossa e a recuperação do parque da ETAR que lá está, as casas de banho vão ser provisórias porque todas as outras estavam danificadas por dentro, foram todas pintadas e limpas. Aquele bar ficou da parte de fora, porque vai ter uma cancela para os utentes do parque e para as pessoas de fora puderem lá ir e existir uma maior rentabilidade para quem tiver aquela concessão.

Sobre o pavimento vou ver com o Vereador Carlos Rabaçal, porque não tenho essa informação aqui, e depois respondo-lhe, está bem?

Em relação às questões colocadas pelo nosso Deputado Carlos Batista, no que respeita aos buracos destes operadores já respondi, mas vamos ver também esta tampa de esgoto na Rua José da Purificação.

Relativamente aqui (inaudível, por razões técnicas de gravação) passar da Manteigada para o Pavilhão do Vitória, colocámos uma condição que foi a reabilitação do pavilhão, uma vez que aquilo vai ter transmissão televisiva e nós temos que dar uma boa imagem de Setúbal. É uma intervenção de cerca de 300.000,00€ e esta intervenção vai ser em grande parte financiada por um Mecenaz que nós conseguimos. Tem que ser feita justiça, já disse isto na Gala do Andebol, a maior parte disto não é pago pela Câmara Municipal é um Mecenaz a quem eu pedi e ontem às sete da manhã estávamos a receber a notícia de que o orçamento que foi feito estava aprovado na totalidade. Há pequenas coisas que já vi lá dentro e que têm que ser feitas pela Câmara.

Quanto às afirmações do Sr. Deputado Eduardo Pinto, passo à frente, porque gostaria de dizer isto à frente dele.



Em relação à intervenção da Sra. Deputada Teresa Andrade, já nos habituou a uma intervenção extremamente positiva, vou-lhe dar a relação das ações PEDU. Já demos aos nossos colegas Vereadores do Partido Socialista e do PSD/CDS, mas faço-lhe chegar isto. As maiores intervenções são no Bairro dos Pescadores, no Bairro Grito do Povo, no Bairro Santos Nicolau e no Bairro da Bela Vista, mas também há pequenas coisas muito interessantes noutras ações que eu gostava que também visse.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Fernandes, já são muito debatidas, não colhem! Isto teve resposta quer nas redes sociais, quer às pessoas, tem resposta em relação ao parecer da DGAL, que é um parecer inconclusivo. De facto vai-se baixar o IMI, porque é uma decisão nacional, foi uma decisão tomada na Assembleia da República, mas convém o senhor dizer à munícipe que fez a intervenção sobre isso, que por exemplo, foi feito por proposta do Partido Comunista Português na Assembleia da República, que a taxa máxima do IMI passasse a 4%. Convém dizer que o Partido Socialista votou contra a taxa máxima do IMI. É verdade! É só ir à internet e vê-se quem votou contra a taxa máxima do IMI, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS votaram contra a taxa máxima do IMI de 4%. Continuamos sem parecer definitivo e conclusivo? Continuamos sim! De acordo com aquilo que eu prometi, assim que tomou posse o novo Governo fomos falar com o Sr. Secretário de Estado do Orçamento, sobre uma decisão conclusiva em relação a isto. Fez-se essa reunião com o Sr. Secretário de Estado, que disse não ser assim tão simples e que não podia dar uma resposta conclusiva, teria que reunir com o seu colega das finanças para poder dar uma resposta. Até hoje o Sr. Secretário de Estado não deu uma resposta, já lá vão uns dois meses. Se fosse algo tão conclusivo com certeza que teríamos já a resposta do Sr. Secretário de Estado em relação a esta matéria.

Quanto ao Sr. Deputado Eduardo Pinto, que já está aqui na sala, quero-lhe dizer que o senhor sabe muito pouco sobre as reuniões que faço ou que deixo de fazer com os nossos munícipes. Convido-o a ir ver a minha agenda e a ver os pedidos de reuniões. É tão fácil trazer duas ou três pessoas e dizer que o povo já está a vir aqui, porque não estou a fazer as reuniões. Oh Sr. Deputado!

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – Convido o cidadão a vir aqui dizer (Ouve-se muito burburinho)

Presidente da Câmara – Oh Sr. Deputado, está a ver? Convido-o a ir ver a minha agenda e ver as reuniões que tenho pedidas e que eu não fiz.

Não sei se é o estado de graça que está em causa ou se é o vosso nervosismo que está em causa. Se calhar é mais o vosso nervosismo que está em causa.

Acho bem que o povo venha a Assembleia Municipal, porque aqui é o lugar que as pessoas têm para colocar as questões. É aqui, é na reunião de Câmara, é nas reuniões que devem pedir, é nas intervenções que fazem quando nós vamos à rua colocar questões, etc., etc..

Também não o vi lá, nem as outras pessoas que o Sr. Deputado pede para virem aqui e que também lá deveriam ter ido! Estava aqui um que foi lá. Devia ter feito um esforço maior para que tivessem ido mais pessoas.

Presidente da Mesa – Fica feito o convite para que o público esteja sempre presente e se manifeste obviamente.

Dou agora a palavra ao Sr. Vereador Pedro Pina para intervir, seguindo a sugestão da Sra. Presidente da Câmara.

Vereador Pedro Pina – Queria muito sucintamente responder às questões. A primeira a propósito da proposta que veio à última reunião de Câmara sobre o processo de reversão do terreno do Juventude Azeitonense. Vale a pena fazer em 30 segundos a trajetória dessa mesma narrativa. Trata-se de um protocolo que foi realizado a 20 de maio de 1987, para um propósito que estava dirigido ao Juventude Azeitonense, na construção de um equipamento desportivo, exatamente um pavilhão polidesportivo. Completou 29 anos no passado mês de maio, e não houve absolutamente nenhum movimento da parte da associação. Circunstância que naturalmente tem a ver com a própria dinâmica da associação, pelas dificuldades criadas, pela ausência de financiamento comunitário, porque como sabe nos últimos anos não apresentaram qualquer faculdade para que as instituições ou o próprio município se pudesse também candidatar em parceria com as instituições.

Como sabe, o Juventude Azeitonense utilizou exatamente esse terreno para outros fins e posso explicitar nomeadamente três, a venda de lenha, a venda e aluguer de carros, a instalação de tendas de circo, sobretudo nos períodos em que não havia atividade circense. Utilizavam esse mesmo terreno para fins contrários àquilo que era o objetivo.

O Executivo Municipal achou que, passados 29 anos, era tempo de devolver aquele terreno aos azeitonenses e ao Município de Setúbal. Concluiu este Executivo Municipal que uma zona nobre daquela freguesia precisava de ser requalificada e precisava naturalmente de naquela triangulação, quer com a requalificação do Parque da Bacalhoa, quer com o próprio equipamento desportivo municipal, as Piscinas Municipais de Azeitão, encontrar soluções que fossem ao encontro de uma estratégia nomeadamente na área do desporto. Foi nesse sentido, depois de várias discussões com a Comissão Administrativa do Juventude Azeitonense, tomámos conhecimento que houve da parte de alguns associados do Juventude Azeitonense, algumas questões colocadas na Assembleia de Freguesia de Azeitão. Da parte da Comissão Administrativa realizaram-se reuniões e compreenderam exatamente a posição que a Câmara Municipal, o Executivo Municipal ia tomar dizendo que tinham pena, que gostariam muito, mas que reconheciam que o Juventude Azeitonense não tinha qualquer condição para nesta fase da sua vida fazer o que quer que seja, mas gostariam que a Câmara também considerasse esta instituição, uma instituição prestigiada com um conjunto de modalidades. Desde esse primeiro momento dissemos, quando avançámos para a requalificação daquele espaço, que o Juventude Azeitonense seria parte integrada naquele processo.

Entre o plano que temos exatamente para aquele terreno, passa pela criação de um espaço dirigido a BTT. Se vive em Azeitão, saberá que no fim-de-semana em particular são centenas de ciclistas que procuram o coração da Serra da Arrábida para fazer a prática de BTT. Consideramos que essa era também uma lacuna que tínhamos em encontrar um espaço que pudesse criar condições em termos de interpretação de caminhos e de trilhos. Trabalho que temos vindo a fazer em articulação com os serviços do Parque Natural na marcação de trilhos e informação, caminhos que possam percorrer, mas também um espaço de apoio, de lavagem das bicicletas, que em articulação com o espaço que estamos a idealizar para aquele terreno possa permitir aos ciclistas fazer a sua higiene depois de da sua prática desportiva, nomeadamente tomarem banho, e que também permita que estes mesmos visitantes de Setúbal e de Azeitão possam continuar no nosso concelho. Portanto decidimos que esta era uma boa solução.

Creio que passado 29 anos, sem qualquer expectativa e com a anuência da Comissão Administrativa desta coletividade, era tempo de devolver aos azeitonenses um espaço que é emblemático, que merece ser requalificado e que vai ao encontro também da nossa estratégia de valorização do nosso património e sobretudo numa aposta no que são os desportos e onde Setúbal pode naturalmente marcar a diferença no seu conjunto de cidade e de município, em comparação com o que acontece na Área Metropolitana.

Sobre a questão que foi dirigida pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda terei todo o gosto de no final ou ainda mesmo no decorrer da nossa assembleia, lhe oferecer o nosso programa da Festa da Ilustração, que como sabe chama-se “*É preciso fazer um desenho*”. Dou-lhe o nosso programa e duas notas.

No que diz respeito às escolas dizer-lhe que participaram quatro mil alunos na Festa da Ilustração, um processo que se iniciou em janeiro deste ano, com um dos maiores ilustradores portugueses a realizar mais de 40 Workshops, o Nuno Saraiva. Trata-se de uma das exposições que está patente na Casa da Cultura e pela qual também se iniciou a nossa Festa de Ilustração, onde forma recolhidos mais de quatro mil trabalhos, que estão expostos numa zona de Setúbal junto ao rio, cedido pela APSS.

À exceção da Escola Bocage, todas as escolas têm curso de Artes e participaram neste mesmo concurso. A par disto fizemos também um trabalho inédito que foi a parceria com o Imprensa Nacional Casa da Moeda, fizemos um projeto que pela primeira vez se fez em Portugal, que está relacionado com a valorização da ... (inaudível, por razões técnicas de gravação) portuguesa, envolvendo mais de 800 trabalhos, foram selecionados 300 e publicados cerca de 80 trabalhos. Esta exposição está patente na Galeria do Banco de Portugal com a 1.ª Edição de uma moeda em que o trabalho vencedor, com um prémio pecuniário e também ele que será editado numa moeda cunhada já em 2017. Há também uma exposição patente no Palácio Fryxell, a sua zona mais nobre que se chama “*Daqui e de agora*”, onde todos os ilustradores de Setúbal foram convidados, alguns por diversas circunstâncias não tiveram possibilidade, sobre um tema por nós dirigido que tinha a ver com a Indústria Conserveira. Também faço este convite para visitar esta exposição.

Muitas das exposições não estão fechadas no horário da parte de manhã, algumas por circunstâncias logísticas. Estamos a falar de 17 exposições, 17 frentes de exposição, que creio que é inédito também num evento com esta dimensão, 15 na cidade e duas na Freguesia de Azeitão, com horários variáveis, que estão expostos quer no folheto informativo, quer também nas redes sociais, na página do *facebook* que está acessível.

Para terminar e respondendo à pergunta que o Sr. Deputado Domingos Semedo fez, não é matéria que tenha a ver com realojamento, mas é matéria que diz respeito às crianças que são portadoras do espectro do autismo. Como o Sr. Deputado saberá, as competências na área da deficiência não são competências do Município de Setúbal, certamente são crianças que frequentam a escola e o Município de Setúbal tem nas suas escolas unidades de multideficiência e no que diz respeito à questão do autismo, nomeadamente uma unidade que funciona no Agrupamento de Escolas Luísa Todí, na Escola Luísa Todí, infelizmente este ano iniciou tardiamente por responsabilidade do Ministério da Educação, que só mais tarde é que fez chegar os respetivos meios e recursos humanos para que essa unidade tivesse início.

São unidades que funcionam com grande competência, que respondem a esta circunstância. Também temos a felicidade de ter no nosso concelho uma instituição que responde a esta problemática, o espectro do autismo, que é a APPDA que está sediada na nossa cidade e que tem feito um trabalho extraordinário.

À Câmara Municipal de Setúbal compete, quando informada dessa circunstância, o encaminhamento, mas a escola inclusive é exatamente isso e sendo uma criança que esteja a frequentar as nossas escolas, assim esperemos que o seja, ela certamente estará integrada nessa unidade e todo o processo de articulação com as instituições deve ser realizada. Se tiver informações mais detalhadas e objetivas sobre essa situação ou alguma outra situação que eventualmente tenha identificado, agradecia que nos pudesse fazer chegar para conferir quer na escola onde esteja integrada, quer com a própria APPDA ou inclusive com a APPACDM, que não sendo a sua primeira vocação também trabalha com crianças com espectro do autismo, possamos de alguma maneira avaliar essa situação.



Vitor Ferreira (PS) – Quanto à questão do IMI, um pequeno esclarecimento, a questão da redução da taxa máxima de 0,5 para 0,45, basta consultar a página oficial do PCP para se perceber qual foi o sentido de voto do Partido Socialista e confirmar que foi um voto favorável, caso contrário não teria sido aprovado. Proposta do PCP e voto favorável do Partido Socialista.

Não vamos prolongar os esclarecimentos, estou a recomendar a leitura da página oficial do PCP, não estou a recomendar a leitura da página oficial do PS.

O que me fez falar tem a ver com algo que já tivemos ocasião de falar na Comissão Permanente. O Deputado João Luz há tempos fazia sentir que às vezes o tom com que aqui geríamos os argumentos ultrapassa o razoável. Na altura refletimos sobre isso e concordámos. Também dizer que às vezes a Sra. Presidente da Câmara também não ajuda. Quero primeiro que tudo agradecer à Sra. Presidente os esclarecimentos que nos deu, mesmo aqueles que deu num tom um bocadinho mais entusiasta, para não dizer outra coisa, e vou também no futuro agradecer aqueles esclarecimentos que nos vão ser endereçados, porque agora por desconhecimento e por ausência dos respetivos vereadores, a Sra. Presidente não nos conseguiu dar. Quero lamentar a referência a propósito de uma intervenção de um dos membros desta bancada ... (inaudível, por razões técnicas de gravação). Nós preparamos o nosso trabalho e no âmbito daquilo que são as nossas opções políticas, que é a nossa consciência política e a nossa declaração de princípios enquanto partido, preparamos e fazemos as nossas intervenções sem medo. Também não temos medo, sem pretensão de quando um dos deputados abandonar esta assembleia, como já aconteceu noutros mandatos, e comecei este mandato por dizer que isso nunca iria aqui acontecer, mas também não levamos desaforo para casa.

Quero deixar claro uma vez mais, não sei se os senhores munícipes vieram a mando de alguém, eu saúdo a sua vinda e saúdo mesmo quando dizem coisas que eventualmente nos poderão vir no futuro, enquanto partido que apoia o Governo de Portugal, ser inconvenientes para o nosso lado ou que nós não gostaríamos de ouvir. Vou saudar na mesma, isso é democracia. Não vou admitir, enquanto responsável por esta bancada, que a Sra. Presidente da Câmara diga que há munícipes que vêm a mando. Ninguém vem aqui, penso eu, a mando do Partido Socialista.

Hoje a intervenção dos munícipes merecem a nossa saudação e quero também dizer que as nossas intervenções foram feitas em liberdade e com base naquilo que é o nosso trabalho político. Estamos aqui para representar aqueles que nos elegeram e se possível todos aqueles que nos ajudaram a eleger. Muito obrigado!

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Para que estas intervenções não se alonguem tanto, temos que começar a controlar o tempo de intervenção de cada bancada e aí, se calhar, hoje teríamos nós mais tempo de antena agora no fim.

Senhor vereador Pedro Pina fiquei espantado com as suas explicações sobre o que se vai passar naquele espaço, que classificou de nobre e eu concordo consigo. Afinal de contas, nem discuto a questão do Juventude, se teve 30 anos para fazer o que tinha que fazer, houve as dificuldades que houve e é demasiado tempo e isso não discuto, mas já discuto ou fico perplexo quando se pretende requalificar um espaço daqueles com uma lavagem automática de bicicletas, isso é que não consigo compreender que requalificação é essa num espaço tão nobre. Ouvir dizer aqui nesta assembleia que afinal o Centro de Interpretação de BTT é para lavar bicicletas, porque os trilhos já estão identificados, o PNA faz isso, a própria Câmara faz isso, mas agora virem dizer...

Eu ouvi com atenção e o Sr. Vereador faça favor de respeitar e ouvir-me também com atenção.

Agora vir dizer que vai haver uma grande requalificação, pelo menos pela forma como o disse e o ênfase que deu à sua intervenção, e depois resume-se a isto?

De facto resido em Azeitão e lamento muito que em Azeitão vamos ter uma oportunidade perdida, porque já tem havido outras obras recentes, que eu hoje não vou referir aqui, mas brevemente pensarei em intervir publicamente sobre isso, que também considero que foram oportunidades perdidas e é isso que hoje estamos a assistir em Azeitão.

A questão em Azeitão não é só fazer obra, é o tipo de obra que se faz e a forma como se faz e a oportunidade que se perde porque se poderia fazer melhor. É só essa a questão.

Quanto à questão do “mando” até faço ... (inaudível, por razões técnicas de gravação) e a defesa aqui do Deputado Eduardo Pinto, que me pediu para o fazer, as palavras do Sr. Deputado do PS, não se mandou vir cá ninguém, aliás o Sr. Deputado Eduardo Pinto não conhece nenhum dos munícipes que falaram aqui hoje.

Senhora Presidente, é uma falta de respeito para com as pessoas que aqui vêm livremente mostrar a sua cidadania, e nós que estamos sempre a dizer que os portugueses devem exercer mais a sua cidadania e quando o pretendem fazer são acusados de vir cá a mando de alguém. Isso é que não compreendo e acho que não fica bem tratar os munícipes que aqui vêm se manifestar dessa forma.

Vereador Pedro Pina – Oh Sr. Deputado, se me dá licença, com todo o respeito, não ouviu com atenção o que lhe disse, pois não? Não, não ouviu.

Em primeiro lugar era bom que se informasse, lamento dizer mas desconhece profundamente. Não sei se o Sr. Deputado sabe, que não existem trilhos marcados na Serra da Arrábida. Sabia? Não existem! Tanto que não existem que lhe vou explicar que neste momento existe um trabalho conjunto entre os três Municípios que partilham património natural da Serra da Arrábida, Sesimbra, Palmela e Setúbal, que estão com o Instituto da Conservação e da Natureza a construir a Carta do Desporto da Natureza. Sabia?

Não o interrompi e agora, se faz favor, também não me interrompa.

Presidente da Mesa – Atenção! Peço desculpa, mas quero ouvir quem está a falar e é o Sr. Vereador Pedro Pina. Faça favor de continuar e seja breve por favor.

Vereador Pedro Pina – Sobre quem conhece melhor a Arrábida é uma discussão que podemos fazer num outro momento, não é agora.

O que lhe estou a dizer é um facto objetivo e como sabe as centenas de pessoas que frequentam a Serra da Arrábida confrontam-se com esse problema. Com certeza que fazem percursos, mas são percursos que não estão marcados, são percursos que não estão identificados ... (Oiça se faz favor, oiça se faz favor, depois se quiser até tenho oportunidade de falar consigo, marcamos uma reunião e explico-lhe). Por isso é que lhe estou a dizer e o senhor não consegue ter o contraditório a esta informação.

Não é por acaso que neste momento está a ser construída a Carta do Desporto da Natureza para que fique marcado de uma forma concreta aquilo que são os trilhos para as atividades desportivas, que não é só o BTT, são as caminhadas, é o... (inaudível, por razões técnicas de gravação), para que, entre outras coisas, possa permitir a segurança a quem pratica esses desportos na serra, que agora o faz à sua responsabilidade e que em última circunstância pode provocar um conjunto de problemas de insegurança. É uma situação que se arrasta há anos e que resulta de um conjunto de problemas.

O que disse ao Sr. Deputado, lamento, não sei se faz BTT ou se eventualmente conhece pessoas que o façam. Então se faz BTT provavelmente vê que muitas das pessoas que vêm da serra, às vezes vêm com as suas bicicletas sujas. Com certeza que o espaço não é um espaço de lavagem de bicicletas, provavelmente era uma forma irónica de brincar, às vezes também fazem alguma graça e que também faz bem para descontraírmos neste tempo. Obviamente que o interesse naquele espaço, para além de ter essa possibilidade para quem faz BTT, deve certamente conhecer referências de centros de BTT, sabe que esta é uma das valências que estes espaços têm, a informação, porque nem todas as pessoas que vêm e que chegam a Azeitão conhecem o espaço. Provavelmente o turismo aventura e o turismo de desporto são condições que fazem procurar Setúbal por esta especificidade. Querem chegar, querem ter informação, querem ter acesso a um conjunto de coisas que podem ser permitidas por este espaço. E o senhor diz *“Bom, afinal estava aí com tanta conversa e vão ter um sítio para lavagem de bicicletas.”*

Senhor deputado, se quiser ficar com essa ideia fica com essa ideia, deixa-me desconfiado do seu ato de ciclista, mas é a minha modesta opinião, desculpe mesmo. Se certamente andasse nos trilhos da Arrábida e ficasse com a sua bicicleta cheia de lama, garanto-lhe que lhe dava jeito depois ir lavar a sua bicicleta, ou se calhar tem um quintal com mangueira para a lavar.

A maior parte das pessoas que vêm de Lisboa e da Área Metropolitana não têm quintal, têm que pôr a sua bicicleta em cima do carro e têm que voltar para casa.

Se é um entusiasta da modalidade vai ficar contente por aquele espaço, mas como é óbvio esta é apenas uma das valências para a requalificação daquele espaço Sr. Deputado. Mas desde já me disponibilizo, quando o espaço for inaugurado, para ir com o Sr. Deputado e fazermos uma volta de bicicleta pela Arrábida e quando chegarmos ao centro de Azeitão vamos os dois lavar as bicicletas e tomamos um café no Parque da Bacalhoa.

c) Saudações, Votos e Moções

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) – Apresentou a moção, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9.

“MOÇÃO PELA ESCOLA PÚBLICA

Considerando que a ausência ao longo dos anos de uma política de alargamento da rede pública de ensino, conjugada com o encerramento de milhares de escolas, levou a que o Estado recorresse aos contratos de associação com Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (EEPC), assumindo estes um carácter complementar de garantia do direito à educação onde não existia resposta pública.

Recordando que o processo educativo de há muito apontava para que os governos devessem recorrer de forma planificada ao ensino particular ou cooperativo apenas na medida da incapacidade pública para garantir uma resposta educativa a toda a população, estabelecendo mecanismos legais e orçamentais para garantir a equidade relativa entre financiamento público, por aluno, dos estabelecimentos públicos de ensino e das instituições particulares e cooperativas de ensino, bem como das relações laborais e condições salariais dos profissionais de ambos os sectores, e da qualidade pedagógica.

Constatando que na legislatura passada, o então governo PSD/CDS não agiu de acordo com estas orientações dando, ao invés, passos significativos na privatização da Escola Pública e revelou desrespeito pelo quadro legal que define inequivocamente o carácter complementar do ensino privado, relativamente ao ensino público, desviando alunos da Escola Pública para os colégios privados, e criando expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à

continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não podia, nem devia assumir.

Sublinhando que o aumento da capacidade de resposta da Escola Pública deve-se em grande medida a razões demográficas que levaram a uma diminuição do número de alunos em cerca de 20%, redução que serviu de justificação para que o governo PSD/CDS concretizasse o maior despedimento coletivo de professores verificado no País, no ensino público: cerca de 28.000 em quatro anos. Políticas neoliberais, estas, fundadas na tese de que «os privados fazem melhor e mais barato», e que conduziram à celebração de contratos de associação com escolas privadas, na maioria dos casos com disponibilidade da Escola Pública, com gastos superiores em 25.000 euros por turma aos da Escola Pública.

Recordando que a política de desvalorização da Escola Pública traduziu-se, ainda, em cortes no Orçamento do Estado para a Educação superiores a 3.000 milhões de euros que, entre outras consequências, levaram ao despedimento de professores e à não contratação de milhares de outros trabalhadores fundamentais para o bom funcionamento das escolas.

Repudiando a falsa preocupação daqueles que agora alegam com a qualidade do ensino e com os professores, os funcionários, os pais ou os alunos, que procuram instrumentalizar apenas para obter ganhos políticos imediatos a partir da desestabilização em curso, aproveitando para cavalgar na ideia de que o que interessa é que o Estado assegure o serviço público, não importa se através da Escola Pública ou das escolas privadas, como se a lógica de funcionamento e os objetivos de uma e outras, fossem os mesmos.

Reiterando que a ação em curso, o seu enquadramento legal e constitucional não põe em causa a existência de escolas privadas cujos acionistas mantêm o direito de as constituir e pelas quais livremente os cidadãos podem optar, o que não tem cabimento é que essas escolas e os grupos económicos que as controlam sejam subsidiados pelo erário público tendo como contrapartida o desinvestimento, degradação e constrangimento da rede pública.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 24 de Junho de 2016, delibera:

- 1. Reiterar o normativo constitucional de que o Estado deve garantir o acesso à educação e que o instrumento para o fazer é a Escola Pública universal, de qualidade e gratuita em todo o ensino obrigatório, independentemente das condições económicas e sociais de cada um;*
- 2. Destacar que o desiderato constitucional exige um investimento adequado na rede pública e nas condições de funcionamento da Escola Pública que permitam a melhoria do processo ensino/aprendizagem;*
- 3. Sustentar que a garantia do acesso de todos ao ensino determina a possibilidade de celebrar contratos de associação com escolas privadas e do sector cooperativo, de acordo com as regras definidas em regiões onde a escola pública não tenha condições de acolher esses alunos, com um financiamento não superior ao que se faz por turma, na escola pública e com rigorosa verificação dos contratos assinados, acompanhados da exigência da aplicação das mesmas condições de trabalho aos professores que trabalham nessas escolas com contratos de associação, nomeadamente no que respeita à carga horária letiva.”*

Vitor Ferreira (PS) – A bancada do Partido Socialista vai naturalmente votar favoravelmente a moção, porque a acompanha em todo o seu conteúdo. Aproveitamos para fazer uma saudação forte a todos aqueles que têm ajudado a construir e ajudam todos os dias a construir uma escola pública que é feita de todas as cores, de uma mistura forte de culturas e de todos e para todos.

Albérico Alho (BE) – Também nos associamos a esta moção, porque é de facto uma das grandes conquistas da revolução, do Estado Social, e desse ponto de vista só poderíamos apoiá-la.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 5 abstenções do PSD/CDS.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança

Tomaram posse no Conselho Municipal de Segurança de Setúbal em representação da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Sra. Balbina Costa Henriques da Silva e em representação da Divisão de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal, o Sr. José Miguel de Brito Sales Madeira, conforme ata de posse registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de abril e maio de 2016

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

3. Deliberação n.º 72/16 - Proposta n.º 24/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação de domínio público de parcela de terreno com área de 337m2, localizada na Praceta Florbela Espanca, em Setúbal, União de Freguesias de Setúbal

Presidente da Mesa - A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade não reuniu por falta de quórum, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Carmina Ferreira (PS) – Dizer que mais uma vez a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais reuniu sem a presença do Vereador ou de alguém da Divisão. Não temos a quem colocar questões, também tínhamos pedido agendamento de uma visita ao Mercado Social, não sabemos se nos é concedida e era importante que alguém estivesse presente.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – É só uma questão de detalhe de pormenor, aqui diz: “*Praceta Florbela Espanca*” e ela tem todas as características de Praceta, mas se reparem a placa que lá está diz: “*Praça Florbela Espanca*”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, com as alterações introduzidas pelo Sr. Deputado Paulo Valdez, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

4. Deliberação nº 180/16 - Proposta n.º 40/2016 – DAFRH – Proposta de encerramento da SETUBALPOLIS – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S.A./Relatório Final de Liquidação e Projeto de Partilha/Designação do representante fiscal da Sociedade e do depositário dos respetivos livros, documentos e demais elementos de escrituração

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor, 3 da CDU, 1 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Como já foi dito em relação a outra comissão, na Comissão de Economia, Administração e Finanças também não apareceu ninguém disponível para responder às questões colocadas nos vários pontos da Ordem de Trabalhos, incluindo este. Não sei se é uma prática adequada no processo parlamentar, mas fiquei na esperança de que as questões que coloquei sobre os vários pontos da Ordem de Trabalho mereciam ser respondidas até à reunião. Até a este momento não recebi qualquer informação relativa às questões que coloquei e acho extremamente estranho Sr. Presidente, que estas situações ocorram de total desrespeito pelo trabalho da Assembleia e dos seus membros nas comissões.

Ao participarmos nestas reuniões, onde elas não são de menor importância, pedimos para sermos elucidados sobre algumas questões, para podermos ter uma ideia adequada dos documentos em apreço e não temos tido para já ninguém à altura para nos explicar. Além disso as promessas de que as respostas tenham sido dadas ontem à Assembleia, nada ocorreu, por isso como é que podemos discutir um documento como este e outros que se seguem sem termos tido qualquer resposta às questões que foram anotadas pelo Sr. Diretor do Departamento Financeiro, que estava presente na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças. Estão aqui os vários membros da comissão que tiveram presentes nessa reunião que sabem disso.

O que é que podemos dizer da avaliação deste documento? Aguardamos as respostas que foram colocadas na comissão e que nos disseram que iriam ser transmitidas a quem de direito para nos explicitar.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 5 votos contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada votou contra na sequência da minha anterior intervenção, de que o Executivo Municipal não nos deu, até ao momento, nenhuma resposta às questões que nós colocámos na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças.*

Acho que é extremamente lamentável e que seriam respostas extremamente importantes para a análise do documento.”



Presidente da Câmara – Senhor Deputado Paulo Valdez, estou a ter conhecimento agora das questões que foram colocadas, porque estas questões foram colocadas ao Sr. Vereador André Martins, que também é membro do Conselho de Administração, e que entretanto adoeceu. De qualquer modo quero referir que todas estas questões estão no Relatório de Partilha, mas podemos destaca-las numa resposta concreta que faremos já na próxima semana. Todas elas estão no Relatório de Partilha, tal como as situações de contencioso, a planta de implantação, o montante que a Câmara assumiu com a sua responsabilidade. Está tudo no Relatório de Partilha.

5. Deliberação n.º 184/16 - Proposta n.º 44/2016 – DAFRH/DIGEF – 1ª Revisão ao Orçamento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do PS e 1 do BE, e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Não quero ser repetitivo, mas também solicitei na reunião da comissão informações sobre várias questões no âmbito deste ponto da Ordem de Trabalhos. Solicitei que disponibilizassem os documentos do PEDU e do POSEUR, do Pacto da AML para podermos adequadamente analisar as fontes de financiamento da Revisão do Plano de Investimentos.

Também questionei que estas codificações dos vários planos de investimento, começando pela ARU, (inaudível, por razões técnicas de gravação), TAICD estavam ligados a que fontes de financiamento?

Perguntei também quais eram os edifícios, as viaturas e os equipamentos que iam ser objeto de aquisição em sistema de leasing e até à data ainda não recebi qualquer informação.

Presidente da Mesa – Também me parece que há dificuldade, por vezes, em interpretarmos o significado das siglas e pelo menos nisso penso que era de se fazer um dicionário de siglas que acompanhasse os documentos, porque são tantas e tantas que nos perdemos. Infelizmente não é só nesta instituição, é em muitas outras em que na realidade as siglas proliferam e a certa altura não sabemos o que é que elas significam, por isso é que existem os dicionários de siglas para esclarecer quem lê.

Já está previsto este tipo de correção de modo a entender-se o que está escrito e os documentos que foram solicitados vão ser enviados.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 5 votos contra do PSD/CDS e 13 abstenções, 10 do PS, e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

6. Deliberação n.º 185/16 - Proposta n.º 45/2016 – DAFRH – Empréstimo de médio e longo prazo - Aprovação da minuta e reformulação do quadro anexo ao respetivo contrato

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, e o Bloco de Esquerda reservou a sua posição para este plenário, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

7. Deliberação n.º 187/16 - Proposta n.º 47/2016 – DAFRH – Alteração à Tabela de Taxas e Outras receitas Municipais do Município de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, e 18 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

8. Deliberação n.º 188/16 - Proposta n.º 48/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Ratificação do Despacho n.º 57/2016, de 30/05 e abertura de novo concurso público para concessão do direito de exploração do Bar da Casa da Cultura, por alteração às peças do procedimento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

9. Deliberação n.º 189/16 - Proposta n.º 35/2016 – DURB – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

10. Deliberação n.º 190/16 - Proposta n.º 36/2016 – DURB/DIPU – Operação de reabilitação urbana e programa estratégico de reabilitação urbana de Azeitão – União das Freguesias de Azeitão

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

11. Deliberação n.º 191/16 - Proposta n.º 37/2016 – DURB/DIPU/GAMOT – Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 4 votos contra, 2 do PS, 1 do PSD/CDS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Tenho algumas dúvidas e algumas delas coloquei na reunião da comissão, se for possível gostaria ser esclarecido.

No artigo 11.º “*Qualidade de Residente*” identificam a prova de qualidade de residente feita com a apresentação de um conjunto de documentos. Acho limitativo que apenas solicitem a fotocópia do recibo da água ou da luz e não outros recibos que também estão inerentes à casa, como a TV Cabo e documentos similares. Como sabem, normalmente numa família só um dos cônjuges é que tem os recibos da água e da luz em seu nome, mas a viatura poderá estar em nome do outro e isso vai obrigar a fazer o estado de residência.

Há outra questão que não encontro aqui, mas pode ser que esteja a ver mal, é a questão relacionada com as viaturas que são atribuídas pelas empresas e que as pessoas utilizam na sua plenitude ou em serviço e residem numa zona abrangida por este regulamento. Onde é que neste artigo ou em qualquer outro artigo permite que essas pessoas possam obter o estatuto de residente, com uma viatura que não está em seu nome e está em nome de terceiros?

Como sabe isto é possível em Lisboa, porque tenho vários colegas meus que pedem essa informação na empresa, para terem acesso nos estacionamento nos diversos bairros da cidade de Lisboa, mas aqui não consigo identificar se isto é possível.

Outra situação que também pode acontecer, é uma viatura estar em nome do pai ou da mãe e quem utiliza é o filho ou a filha, mas também não está aqui previsto. Acontece em Lisboa e essa situação também está prevista em Lisboa, pelo que sei.

Há outra questão que também foi referida, no artigo 21.º “*Estacionamento proibido e abusivo*”, e diz: “*É proibido o estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada: a) De veículos de classe ou tipo diferente daquele para o qual o lugar tenha sido reservado;*”. “*É proibido o estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada de veículos não autorizados pela Câmara Municipal de Setúbal.*” Não consigo entender, deve ser deficiência minha. Não sei o que é que querem dizer com “*veículos não autorizados pela Câmara Municipal de Setúbal*”. Se é uma zona de estacionamento de duração limitada, se o veículo é um veículo adequado à classe ou tipo daquele estacionamento, se pagar a taxa, a verba de ocupação, que veículos é que não são autorizados pela Câmara Municipal de Setúbal? Não consigo entender.

A outra situação é em relação aos motociclos e aos ciclomotores. A Câmara Municipal de Setúbal vai garantir em todas as zonas, locais de estacionamento de motos e vai impedir de estacionarem nos arruamentos em Setúbal?

Em certos espaços só podem estacionar em sítios para os automóveis e tinha que haver uma garantia no mesmo espaço, para haver locais pré-determinados para motociclos e ciclomotores, já que os velocípedes têm outra forma de estacionar mais fácil e não têm este problema. As motos, especialmente as de maior dimensão, têm problemas em estacionar. Eram estas dúvidas pontuais que temos sobre este regulamento.

Manuel Fernandes (PS) – Esta é uma matéria pela qual, obviamente, o interesse estratégico da cidade e do concelho no seu todo se pode atribuir de forma, talvez, até global e inteiramente ao critério do executivo municipal. Ou seja, esta é daquelas matérias em que nenhum executivo municipal poderá remeter para um Governo ou para a Administração Central do Estado, uma resposta ou uma solução para aquilo que é o pensamento estratégico do desenvolvimento do concelho.

Como tal, gostaria de fazer uma breve resenha histórica sobre o facto de termos chegado até àquela, que é hoje a proposta que temos aqui para votar.

O estacionamento tarifado em Setúbal ocorre em 1994, nessa altura foi feito um contrato de concessão por 20 anos que terminou a 22 de março de 2014. Esse contrato de concessão na altura já foi feito em função daquilo que foi estipulado com o Plano Diretor Municipal, um pouco alinhado com a estratégia do desenvolvimento do concelho patente e suportada pelo Plano Diretor Municipal e começava a ter os primeiros passos do seu alinhamento estratégico ou do pensamento estratégico da cidade no seu todo.

Entretanto em 1998 é feita a candidatura do Projeto POLIS, que assentava, não só na consolidação do estacionamento no centro da cidade, mas também em alguma disciplina do estacionamento no centro e nas zonas de maior rotatividade ou de maior intensidade de tráfego da cidade, nomeadamente na Av. 5 de Outubro e na Av. Luísa Todí.

Havia algum pensamento estratégico em relação a essa matéria, porque a principal intervenção do Programa POLIS iria incidir na frente mar e era aí que assentava o Programa POLIS naquilo que eram as ideias das “*water fronts*”, mas a alteração daquilo que foi o projeto de candidatura do Programa POLIS veio trazer para a placa central da Av. Luísa Todí a sua principal intervenção, o que veio de alguma forma colocar em causa uma panóplia enorme de estacionamentos que estavam efetivamente na Av. Luísa Todí.

Foram feitas algumas propostas ao longo de todos estes anos, nomeadamente em 2006 quando é proposto, através da Setúbal POLIS, um projeto pelo executivo, que suprimia cerca de 500 estacionamentos da avenida, na sequência da supressão da faixa norte de circulação da Av. Luísa Todí. Isto foi até assumido pelo executivo em 2006. Foi uma proposta que depois não vingou, porque não passou na Assembleia Municipal, etc..

Em 2009 foi feita uma proposta, que até constou no programa eleitoral da CDU, que assentava na Estação Intermodal, onde era proposto pela CDU a criação de uma Estação Intermodal. Esta Estação Intermodal, à semelhança daquilo que já havia sido a proposta anterior da supressão daqueles cerca de 500 estacionamentos na avenida, nenhuma dessas propostas assentava, por exemplo, no Programa de Mobilidade que já em 1994 se sentiu a necessidade de ter sido feito.

Tanto uma proposta como a outra, nenhuma delas viu a luz do dia, por precisamente haver muitas dúvidas na população, muitas dúvidas nos partidos de oposição e achou-se por bem não avançar com aquelas, tidas como as principais propostas na altura.

Isto demonstra algum zig-zag naquilo que era o pensamento estratégico ou que tem sido o pensamento estratégico da CDU e do executivo municipal. Chegados ao final do contrato de concessão em 22 de março de 2014, atingimos então uma prorrogação por mais um ano, dado que não havia uma alternativa ao contrato de concessão. Foi uma renovação automática do contrato por mais um ano daquele que era o contrato de 20 anos.

Durante esse ano, uma vez mais, nada aconteceu em termos de pensamento estratégico, uma vez mais, não foi visto o Plano de Mobilidade da cidade e chegado a 22 de março de 2015 voltámos a ter o mesmo problema e nova prorrogação automática do contrato anterior.

A história volta-se a repetir e uma vez mais nada aconteceu, uma vez mais, não foi conhecido o Plano de Mobilidade da cidade, uma vez mais, não há um pensamento estratégico definido e que seja do conhecimento, pelo menos dos órgãos aqui presentes. Uma vez mais, é proposto algo que nem assenta em cima de nenhum pensamento estratégico, em nenhum estudo feito, nada que fosse do conhecimento da população e debatido. É preferida uma proposta baseada num regulamento que nem sequer poderia vingar, porque o regulamento estava completamente desatualizado, uma vez que era proposto uma outra faixa de estacionamento tarifado alargado entre 3 a 5 mil estacionamentos tarifados, assente num regulamento que estabelecia 1.046 estacionamentos tarifados e através de um requerimento do Partido Socialista nessa mesma assembleia, essa proposta foi retirada e bem.

Somos agora confrontados com uma proposta de regulamento em que uma vez mais, não assume um plano de mobilidade para a cidade, uma vez mais não conhecemos esse plano, uma vez mais não conhecemos o pensamento estratégico em termos de desenvolvimento e de que forma é que a rotatividade será feita, tendo por base aquilo que é o estacionamento no sentido de dar suporte ao desabamento da baixa comercial, dos comerciantes e da economia local.

Pasme-se, consta no regulamento, no capítulo 1, artigo 1, número 2, onde define as zonas amarelas, *“só serão tarifados se solicitado pela maioria dos residentes de determinado arruamento e após deliberação municipal caso a caso em reunião de Câmara.”* Ou seja, isto é mais uma evidência de que não há um pensamento estratégico para a cidade, não há aqui um plano definido em termos de pensamento, de que forma é que possamos servir os residentes e todos os cidadãos que se desloquem ao centro da cidade. Imaginar uma rua onde mais de 50% dos moradores pedem para serem tarifados e uma rua lateral onde os moradores não aceitem ser tarifados, alguém que se desloque para ao centro da cidade para fazer compras ou para praticar a sua atividade profissional vai-se deparar com uma anarquia, à qual nós não podemos dar viabilidade, não podemos concordar e pela qual, obviamente, o Partido Socialista irá votar contra.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta que estamos a discutir duas notas. Uma primeira tem a ver com aquilo que foi o resultado da participação pública e das sessões de esclarecimento e do conjunto de contributos que foram recolhidos neste processo, que importa realçar a disponibilidade que houve perante aquele conjunto de dúvidas por parte do executivo municipal, em ir para a rua, contactar com a população e discutir esta matéria com os setubalenses.

Uma segunda questão, por mais que se repita e se queira repetir que não há pensamento, que não há estratégia para o concelho de Setúbal, esse facto não se torna verdade por muito que o possam repetir e por muitas intervenções que façam, batendo em cima desta tecla, quando o que é visível aos olhos dos munícipes deste concelho, é que há uma estratégia de desenvolvimento e que essa estratégia tem hoje já elementos da sua concretização que estão à vista de todos e que são amigáveis.

Bem podem várias forças políticas designadamente o Partido Socialista nesta assembleia, colocar ou tentar colocar a ideia de que não há uma estratégia para o concelho, que do ponto de vista do que é o seu desenvolvimento, a sua afirmação, do que é a estratégia do ponto de vista da atratividade, quer do ponto de vista turístico, quer do ponto de vista de investimentos, eles estão aí, são visíveis. Não há setubalense que não o reconheça e julgo que só quem manifesta má vontade é que não reconhece esse trabalho, o conjunto de opções que têm vindo a ser concretizados no caso concreto no Município de Setúbal.

Fiquei com uma dúvida em relação à intervenção por parte da bancada do Partido Socialista, que é saber se o PS entende que é necessário ou não no centro da cidade existir estacionamento tarifado. Na intervenção da bancada do Partido Socialista fiquei sem perceber se é isso que defendem, se não é, se entendem que não deve haver estacionamento tarifado, se se deve manter a atual situação sem mexer, não permitindo novas zonas de estacionamento tarifado no concelho. Se uma série de preocupações, num conjunto de áreas do território do centro da cidade, designadamente naquilo que diz respeito ao acesso dos próprios moradores durante o dia, nos estacionamentos junto das suas casas, numa perspetiva de haver uma maior rotatividade nos estacionamentos nestas zonas. Para o Partido Socialista isto faz sentido ou não, são a favor ou contra?

Relativamente a um conjunto de... (inaudível, por razões técnicas de gravação) que estão à volta dos sítios que são tarifados, onde abundam situações de estacionamento indevido, como em cima dos passeios e onde as pessoas ficam sem passeios para se deslocarem. Esta é a verdade. Se num conjunto de áreas hoje na nossa cidade, tendo em conta a pressão que o automóvel exerce sobre essas mesmas áreas, é que ficamos sem perceber que soluções é que o Partido Socialista defende em concreto para estas áreas.

Foi muito interessante vermos nesta assembleia uma resenha histórica, com um ou outro elemento que poderíamos contar de outra forma, mas relativamente às soluções ficamos sem perceber qual é a alternativa, qual é a opinião, qual é a opção do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Relativamente a esta proposta que aqui temos, podemos fazer sempre o histórico do que se passou nestes últimos anos e penso que o deputado do Partido Socialista que falou há pouco, como dizia o nosso colega João Luz, mal ou bem, mais ou menos fez a resenha histórica. Até diria, acrescentando, que aquando da intervenção POLIS na Av. Luísa Todí, o PSD coligado com o PP teve a oportunidade de chamar a atenção que havia um conjunto, um número de lugares que iam ser perdidos por causa dessa intervenção e o tipo de solução a que se tinha chegado em reunião de Câmara. Na altura até estimámos cerca de 300 lugares a menos, e não era só na Av. Luísa Todí obviamente, era o que decorria da intervenção na Av. Luísa Todí e noutras artérias limítrofes na Av. Luísa Todí.

Para nós é importante frisar isso hoje, porque de alguma forma estamos a relembrar algo que dissemos variadíssimas vezes e até foi em reunião de Câmara, não foi só em Assembleia Municipal.

Por outro lado suscita-nos uma outra questão em relação a esta proposta, é que mal ou bem foi cometido o erro de termos tido aqui na última Assembleia Municipal, uma proposta de uma concessão para esta mesma área que é proposto aqui neste regulamento.

Obviamente que estamos todos a discutir esta proposta, mas sempre pensando também naquela que foi trazida na última Assembleia Municipal e desta vez não foi combinado entre o PS e a CDU, como na anterior, de retirarem a proposta, como percebemos antes do início da discussão do ponto, porque não tivemos sequer oportunidade de a discutir por ter sido retirada. Também gostava de dizer ao Sr. Deputado Vitor, ao líder parlamentar da bancada do PS, que também não vi o documento, o requerimento da retirada da proposta, porque na altura até pensei que esse pedido tivesse sido só verbal, tal como foi o da CDU naquele momento, pelo menos foi-nos transmitido assim. Gostava igualmente de pedir ao Sr. Presidente da Assembleia esses dois requerimentos da retirada da proposta, porque nós próprios também não o fizemos no momento adequado.

Posto isto, naturalmente vamos votar contra esta proposta, porque não nos podemos desligar daquilo que foi trazido, com o qual discordamos veementemente e que obviamente também esteve subjacente àquilo que foi a discussão pública deste próprio arruamento, porque foi feito



já depois da apresentação dessa proposta, que foi a reunião de Câmara, de concessão para este mesmo espaço, por estendermos que há uma variável entre 3.000 a 5.000 lugares que é manifestamente excessiva.

Do que me recordo, não tenho aqui hoje essa proposta que foi cá trazida e que foi retirada naqueles termos que diria anómalos, a verdade é que um concessionário que venceu ou vencesse esse concurso que foi trazido e que já foi aprovado em Câmara Municipal teria (não me recordo agora exatamente qual era o nome do documento) que apresentar num espaço de seis meses um documento com aquilo que seria a sua proposta de expansão desses 3.000 a 5.000 lugares. Como tal, consideramos esses 5.000 lugares manifestamente excessivos, até porque não podemos esquecer (nesta proposta é uma das dúvidas que também tenho para além das dúvidas do Dr. Paulo Valdez), de que há mais uma zona que também é tarifada para além da que vem aqui, a que está junto à estação dos comboios e que não está abrangida nesta planta. O conjunto de lugares tarifados em Setúbal não são só no máximo os tais 5.000 lugares, mas ainda serão acrescidos dessa mesma área de concessão. Como tal, não é preciso estar aqui, atendendo ao adiantado da hora, com muita... (inaudível, por razões técnicas de gravação) na discussão, e todos nós sabemos, morando cá ou não a maioria de nós conhece bem a cidade, a situação em que a cidade está, rodeada pelo rio, pela serra e também por zonas que são limitativas da própria vida urbana. Estamos concentrados num espaço pequeno, com cerca de noventa mil pessoas, como tal, uma grande área ocupada pelas noventa e tal mil pessoas é uma área tarifada e obviamente que há aqui qualquer coisa que não está correta. Isso faz-me levantar uma outra questão, que está a ser pensado em muitas outras cidades do país e não deve ser só em Setúbal, deverá haver um Plano Integrado de Mobilidade. Não pode ser passar só por zonas tarifadas, isto tem que estar integrado com os transportes públicos, com a própria deslocação e o estudo da deslocação dos fluxos pedonais da população e eventualmente com a utilização de veículos, sejam bicicletas ou outro tipo de veículos que são complementares à deslocação das pessoas nas cidades e isso não está subjacente a esta proposta, como tal não concordamos com ela.

Coloquei aqui algumas questões e o Dr. Paulo Valdez também e gostaríamos de as ver respondidas.

Henrique Guerreiro (BE) – Na última Assembleia Municipal em que abordámos este projeto, recordo-me que a intervenção do Bloco de Esquerda foi no sentido de apelar a que a discussão sobre o estacionamento em Setúbal fosse feita de forma desapassionada e desinteressada da política, de contar perdas e ganhos por parte dos partidos políticos e que deveria haver em relação a esta matéria uma discussão profunda, alargada e que tivesse em conta diversos fatores. Alguns foram já referidos ao longo desta reunião e não vale a pena repetir alguns argumentos, todos estamos conscientes de que é um problema da vida moderna não só em Setúbal, mas na generalidade do país e de todos os países.

Por um lado as pessoas sentem necessidade de baixar o meio de transporte privado em todo o lado, mas por outro lado as cidades não têm capacidade para absorver isso.

Aquilo que é feito, ao contrário de outras bancadas, parece que a Câmara esteve bem quando retirou lugares de estacionamento da Av. Luísa Todi, esteve bem quando concessionou, quando decidiu tarifar no centro histórico e na sua área envolvente o estacionamento pago.

É mais fácil estacionar assim para quem se desloca ao centro, para vir à Câmara Municipal ou a outro serviço público ou ao comércio, é mais fácil assim do que termos o centro ocupado com viaturas de pessoas que trabalham a 8 km, a 10 km e que as vêm cá deixar.

O Bloco de Esquerda acha que sim, que o estacionamento no centro da cidade deve ser ainda mais limitado. A nossa vida melhora se ele for mais limitado. Dou-vos um exemplo, se acabarmos com a pouca vergonha que é o estacionamento em cima das ruas que ladeiam este

edifício, estacionamento perfeitamente selvagem, não tarifado, com a polícia a não agir e a dizer por vezes que quando coloca multas recebe cartas a pedirem que lhes retirem as multas. Não podemos viver assim.

Por outro lado, olhando para este projeto percebemos exatamente o que lhe preside, não há uma referência sobre melhoria e alteração de transporte público, oferta pública de transporte. Não há! Zero.

Oferta pública de transporte retira carros dos centros das cidades.

Não há uma indicação sobre estacionamento dissuasor na cidade.

Este projeto, ao estender o estacionamento tarifado para zonas residenciais, é evidente com muitos carros, mas sem a pressão do comércio, sem a pressão dos serviços é para ganhar escala para uma concessão mais lucrativa e mais apetitosa. Quanto a isso o Bloco de Esquerda não acompanha essa opção.

Apoiaremos todas as iniciativas do município para limitar, condicionar, alterar a oferta pública para o tal Plano Municipal de Mobilidade, mas não acompanharemos e votaremos contra uma extensão que não é consequente, que é um pouco conta-micas para que uma concessão possa existir e o interesse do concessionário se possa manter. Votaremos contra esta proposta.

Manuel Fernandes (PS) – Muito rapidamente, até porque já não conta utilizar muito mais argumentação do que aquela que já foi feita pelas várias bancadas, mas foram feitas algumas que convém responder.

O que vimos em termos de resenha histórica, que para alguns poderá ser pensamento estratégico, ela culmina com os cidadãos a decidirem e está tudo dito em relação ao pensamento estratégico no que diz respeito à disciplina do trânsito e da tarifação do estacionamento em Setúbal. São os cidadãos que decidem, em última instância. É o que está no regulamento, não precisamos de argumentar mais do que aquilo que está no regulamento.

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado João Luz, eu tenho todo o interesse em responder se estamos a favor ou contra o estacionamento tarifado em Setúbal. Oh Sr. Deputado, foi o Partido Socialista que tarifou pela primeira vez o estacionamento em Setúbal e fê-lo com os votos contra da CDU e até lhe explico, caso não se recorde, quais foram os argumentos utilizados pela CDU para votar contra. Com o estacionamento tarifado no centro da cidade as pessoas iam para o Alegro, que na altura era Jumbo, porque o estacionamento era gratuito e a baixa comercial ficaria às moscas. Foi este o argumento utilizado.

Agora não temos um Jumbo, temos um Alegro, temos uma zona comercial claramente expandida numa área fora do centro da cidade. Aquilo que fora o argumento de outrora utilizado pela CDU para votar contra o estacionamento pago dentro do centro histórico da cidade, agora devem ter feito obviamente uma leitura diferente para esquecerem-se dos argumentos utilizados há 22 anos atrás, para votar de forma diferente ou para tarifar de forma diferente. Até foi mais longe, porque na altura exigiu que na proposta constasse o número de estacionamentos por rua que fossem tarifados e a quantidade de estacionamentos completamente mencionados na proposta, agora fez mancha, mancha de tarifação, mancha geográfica de tarifação em que não define onde estão as bolsas gratuitas, às quais se referiu na altura da consulta pública, dizendo à população que existiam bolsas gratuitas de estacionamento, mas não disse quais eram e depois consta no regulamento que é por decisão dos cidadãos.

Quanto ao pensamento estratégico estamos conversados e em relação aos argumentos utilizados pela CDU há 22 anos atrás, agora caíram completamente, porque a proposta foi muito mais além do que aquilo que tinha sido feito pelo próprio Partido Socialista.

João Luz (CDU) – Apenas para registar e agradecer a resposta da bancada do Partido Socialista, registar também que relativamente à alternativa proposta pelo Partido Socialista ficámos a conhecer zero.

Sobre o estacionamento em Setúbal, o Partido Socialista na Assembleia vai votar contra, mas proposta alternativa não conhecemos. Voltou a falar de há 22 anos atrás, do passado, a resenha histórica, e fica apenas o registo que relativamente à minha pergunta não fiquei a saber nada.

Presidente da Câmara – Começo por saudar o Plano Estratégico e o Plano de Mobilidade do Partido Socialista, que serviu de base à concessão do estacionamento tarifado de há 20 anos atrás. Começo por saudá-lo, mas agora vamos alterá-lo, percebe? Vamos alterar o vosso Plano Estratégico e o Plano de Mobilidade que existia há 20 anos atrás, quando fizeram a concessão e agora vamos alterá-lo. Veja só como é que é a vida!

O Plano Estratégico e Mobilidade Estratégica era isto e a mobilidade continua a ser isto, era a vossa vida, para não dizer outras coisas. Esta é a resposta que o Sr. Deputado Manuel Fernandes merece!

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valdez, aqui no artigo 11.º, estava a ver com a Eng.ª Fátima Nogueira, que foi a pessoa que trabalhou muito e de uma forma muito qualificada com o Eng.º Madeira. O que ela estava a dizer, é que quando se refere aos documentos da água ou luz ou ao atestado de residência, tem mesmo que ver só com o facto de a pessoa residir na casa, não tanto com a questão de ter um aparelho, que pode ser um telemóvel, a fatura de uma operadora, mas com o imóvel, com a casa onde a pessoa reside. O carro pode ser conduzido por um filho ou outro familiar, aos quais também poderá ser passada esta autorização desde que essa pessoa vá requerer à Junta de Freguesia o atestado de residência. Está ultrapassada essa questão.

Em relação à empresa, pode-se colocar na alínea “d)” um terceiro “i)”, ou seja uma terceira alínea “i)i)i)”, e a empresa pode passar um documento a dizer que a viatura pode ser conduzida pelo funcionário tal. Nós vamos incluir no regulamento, porque é extremamente pertinente essa questão.

Quanto ao artigo 21.º, quando referimos aqui que são veículos não autorizados pela Câmara, podem ser aqueles veículos de cargas e descargas ou de mudanças que todos os dias pedem à Câmara Municipal, para ocuparem a via pública para fazerem mudanças, por exemplo. Eles não têm licença.

Podemos pôr, por exemplo, cargas e descargas que não estão autorizadas. Também se vai aperfeiçoar aqui este parágrafo, esta alínea.

Em relação aos motociclos, de facto não existem, vão ser criados pequenos estacionamentos com sinalização própria para os motociclos perto das zonas que estão tarifadas.

No dia 14 de julho vai ser feita a apresentação da caracterização e diagnóstico do nosso Plano de Mobilidade e da parte da tarde vai ser apresentada à Comissão de Acompanhamento. Este diagnóstico e esta caracterização é necessário para o Plano de Mobilidade que integra também o nosso PDM, que está em fase de conclusão. À noite vai ser feita uma reunião para os Srs. Deputados Municipais, para os Srs. Vereadores da Câmara Municipal e julgo que para as Juntas de Freguesia, para assistirem a esta apresentação e para a discussão do diagnóstico do Plano de Mobilidade.



Referir que no nosso município 60% das pessoas utilizam o carro para se deslocarem, 33% deslocam-se a pé e os restantes 17%, é muito residual entre a bicicleta e as pessoas que andam de transporte público, o que é preocupante. O transporte público é muito residual e estamos num grupo de trabalho com a Área Metropolitana de Lisboa no sentido de vermos como é que vamos receber as transferências de competências do transporte público, que está a tentar ser feito para os municípios, sem as condições mínimas exigidas e só com um operador, aqui não está fácil. Há uma série de carreiras a serem suprimidas, porque quando não são rentáveis cortam os horários ou cortam determinado circuito.

Este regulamento é mesmo só em relação ao estacionamento tarifado, os transportes públicos vão ser discutidos agora no Plano de Mobilidade, são situações distintas.

Presidente da Mesa – Muito obrigado Sra. Presidente. Na minha opinião, e julgo que ela é partilhada por todos os presentes, esta questão está discutida quase até à exaustão.

Em relação a este regulamento alguns têm mais dúvidas do que outros, todos temos algumas dúvidas, há pormenores que podem não ter sido previstos e surgem como dúvida, no entanto a discussão vai longa e em face disso já podemos tomar uma decisão.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 18 votos contra, 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

Vitor Ferreira (PS) – Senhor Presidente é só para dizer que o pedido que fiz no princípio para ter acesso às propostas já está satisfeito e serve também para esclarecer a questão que o PSD/CDS colocou.

Como se diz lá no meu bairro “*que eu seja ceguinho e morra já aqui...* (inaudível, por razões técnicas de gravação)”, mas nós entregámos isto antes da sessão começar.

12. Deliberação n.º 204/16 - Proposta n.º 11/2016 – GAP – Alteração ao Regulamento da Feira da Sant’Iago do Município de Setúbal

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 do BE, e 3 abstenções, 2 do PS e 1 do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

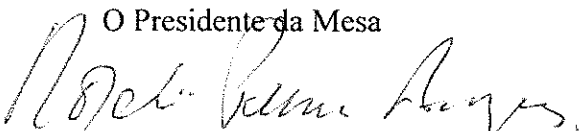
Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 18 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de trinta de setembro e quatro de outubro de dois mil e dezasseis, contém quarenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

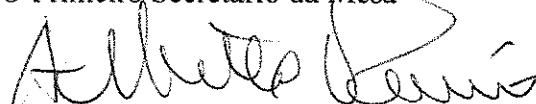
O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e quarenta minutos do dia vinte e cinco de junho, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa



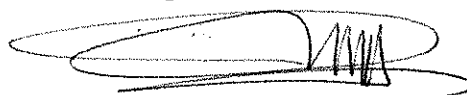
Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada e revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa